



# ADVERSO

n° 209 - setembro / outubro de 2014

ISSN 1980315-X



9 771980 315002

00209

## Comunidade acadêmica demanda mais Restaurantes Universitários

Reclamações sobre insuficiência no atendimento e pela ausência de operações além das ofertadas pela Ufrgs obrigam reitorias das três instituições federais de ensino na Capital a correr para driblar o descontentamento dos estudantes

Páginas 10 a 14





Sindicato dos Professores das  
Instituições Federais de Ensino Superior POA  
UFRGS | UFCSPA | IFRS-Campus Porto Alegre e IFRS-Campus Restinga

Presidente - **Maria Luiza Ambros von Holleben**  
1º Vice-Presidente: **Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira**  
2ª Vice-Presidente: **Marilda da Cruz Fernandes**  
1º Secretário: **Ricardo Francalacci Savaris**  
2º Secretário: **Paulo Machado Mors**  
3º Secretário: **Luciano Casagrande**  
1º Tesoureiro: **Vanderlei Carraro**  
2º Tesoureiro: **Edson Lindner**  
3ª Tesoureira: **Gloria Isabel Sattamini Ferreira**

Rua Otávio Corrêa, 45 - Porto Alegre/RS  
CEP 90050-120 - Fone/Fax: (51) 3228.1188  
secretaria@adufrgs.org.br  
[www.adufrgs.org.br](http://www.adufrgs.org.br)



Publicação bimestral  
Tiragem: 3.500 exemplares  
Impressão: Ideograf

#### Conselho Consultivo

**Ana Boff de Godoy** - DEIS/Ufcspa  
**Flávio Porcello** - Departamento de Comunicação/Ufrgs  
**Gloria Ferreira** - Fabico/Ufrgs  
**Lúcio Vieira** - IFRS - Campus POA  
**Paulo Machado Mors** - Instituto de Física/Ufrgs

Edição: **Adriana Lampert**  
Reportagens: **Ana Esteves, Araldo Neto e Patrícia Comunello**  
Projeto Gráfico: **Eduardo Furasté**  
Diagramação: **André Lacasi**

#### Produção



**VERDEPERTO**  
(51) 3228 8369

## SUMÁRIO

### SEGURANÇA

Redes sociais viram armas contra  
nova onda de violência na Ufrgs  
por **Patrícia Comunello**

04

06

### ESPECIAL

Fapergs muda estatuto para ganhar  
maior autonomia  
por **Ana Esteves**

### VIDA NO CAMPUS

Ufrgs assina arquitetura do primeiro  
nanossatélite brasileiro em órbita  
por **Araldo Neto**

08

10

### REPORTAGEM

Restaurantes Universitários:  
prato cheio de problemas e soluções  
por **Patrícia Comunello**

### PING-PONG

**Ricardo Herbert Jones**  
"Um parto é uma construção única e subjetiva"  
por **Ana Esteves**

15

19

### JURÍDICO

A súmula vinculante 33 do STF  
e a aposentadoria de quem trabalha  
em condições especiais  
por **Francis Borbas**, assessor jurídico da Adufrgs

### HISTÓRIA

Faurgs completa 20 anos de atuação na  
comunidade acadêmica  
por **Maricélia Pinheiro**

22

25

### EM FOCO

Ufrgs continua à espera de seu  
Parque Tecnológico  
por **Patrícia Comunello**

### EXPANSÃO

Início das aulas no Campus do Litoral  
consolida presença da Ufrgs além da Capital  
por **Araldo Neto**

29

# EDITORIAL

## 2014: um ano transferido?

Poderíamos dizer que o ano de 2014 tem sido aquele em que os principais assuntos do País foram transferidos. Resoluções e decisões pendentes em 2013 – que devido às férias de verão normalmente seriam adiadas para, no máximo, depois do Carnaval –, este ano foram postergadas para após os jogos da Copa do Mundo, e agora estão sendo adiadas para depois das eleições. Chegando o mês de novembro, então serão transferidas para 2015. Isto significa que o Brasil parou? Que a nossa luta parou? Não, certamente que não.

Em nossa defesa pelas reivindicações docentes tivemos muitas conquistas. E não há como negar que houve melhorias nas condições gerais da sociedade: hoje se vê mais gente no mercado consumidor, aumento de ofertas de habitação, mais carros nas ruas, mais empregos, mais pessoas inclusas nos planos de saúde privados, segurança privada em expansão, maior número de jovens presentes nas instituições de ensino superior, maior renda para a população. Mas será que está tudo bem?

Claro que não! O transporte público, que garante a mobilidade urbana, permanece sofrível, o ensino público de nível básico continua precário, os serviços públicos de saúde mantêm-se na UTI, o sentimento de incerteza frente à segurança pública aumentou. Ao mesmo tempo em que cresceu a oferta de emprego, também se ampliou o uso do seguro desemprego, com alta rotatividade nos postos de trabalho, gerando insegurança e instabilidade.

Vivemos em um país de contradições. Grandes diferenças salariais e no acesso aos bens primários para a sobrevivência têm sido a nossa marca. Muito ainda precisa ser feito pois, infelizmente, não

conseguimos superar os desafios acumulados ao longo de décadas.

As eleições para presidente, governadores e representantes no Parlamento deste ano nos trazem esperanças e preocupações. Ou porque acreditamos que mantendo a situação vigente se irá reforçar o caminho trilhado e que estamos dando conta desses desafios, ou porque imaginamos que um novo governo, uma nova situação será capaz de resolver os problemas ainda não resolvidos.

Estamos vivendo o mais longo período democrático da história do Brasil. Passaram-se apenas 30 anos desde a retomada da democracia, mas ainda há muito que se aprender, há muito para se aprimorar. Viver a democracia visando a justiça, a ética e o bem do povo passa a ser o nosso aprendizado. E, assim, pode-se construir um país realmente justo onde a boa qualidade dos serviços públicos essenciais como transporte, segurança, saúde e educação tornem a utilização dos serviços privados uma livre opção e não uma saída obrigatória.

Aprofundar a democracia brasileira requer reforçar o caráter público do próprio estado, fortalecendo os espaços de representação social e estabelecendo canais permanentes de negociação com a sociedade. Cada governo que assume deve ser visto como um palco de disputa, com espaços a serem conquistados, cujas vitórias se darão com unidade, mobilização e articulação social.

A democracia necessita de instituições fortes, dentre estas, de sindicatos fortes. Venha e filie-se a nós. Convide seu colega para se somar nesta luta. Não transfira esta decisão.



## Redes sociais viram armas contra nova onda de violência na Ufrgs

por Patrícia Comunello



Fotos: Patrícia Comunello

**Parada de ônibus no Campus do Vale, onde ocorreram ataques em setembro, é um dos locais mais visados por bandidos**

Até os números da área de vigilância da Ufrgs advertem: aumentou o volume de registros de ataques em 2014 na área dos campi Centro, Saúde e do Vale, incluindo entornos. Foram 22 casos, de 16 de janeiro até a primeira quinzena de setembro. Entre as ocorrências, quatro envolveram detenções de bandidos feitas por agentes terceirizados. O episódio mais recente chegou a ser taxado como “arrastão” por universitários no Campus do Vale, uma analogia à ação coletiva de criminosos em praias cariocas. No começo de setembro, pelo menos quatro estudantes que aguardavam ônibus ou estavam nas imediações da parada principal do Vale, logo após o meio-dia, tiveram celulares roubados por dois homens, segundo relatos que chegaram à Polícia Civil e ao setor de vigilância da Ufrgs.

A ocorrência no Vale, que elevou a estatística no período (havia sido registrados três casos até abril), reacendeu a mobilização por mais segurança. No “arrastão”, o alvo foram pessoas e seus celulares. O coordenador de segurança da Universidade, Daniel Pereira, não considera que houve uma ação coletiva coordenada, e suspeita que os bandidos aproveitaram a ausência do vigilante do posto próximo, que se afastou por alguns minutos. “Ele tinha ido ao restaurante universitário. Duas das vítimas foram abordadas na escadinha para a Vila Jardim Universitário”, informa o coordenador, lembrando que na hora da investida havia pouco movimento na parada.

O assunto segurança nos limites das unidades da Instituição e nas proximidades não é novo. Duas reportagens da revista *Adverso* (edições 195 e 199) mostraram o impacto do tema, que já foi debatido em seminário dentro da Universida-

de, além de ser enfoque de passeata de protesto dos estudantes e render uma audiência pública na Assembleia Legislativa, em dezembro de 2012. Funcionários, professores e alunos admitem que se sentem inseguros, principalmente aqueles que circulam no Campus do Vale.

A Adufrgs-Sindical vem acompanhando a problemática e buscando alertar sobre a necessidade de providências. No debate da Assembleia Legislativa, promovido em conjunto pelas Comissões de Cidadania, Direitos Humanos, Segurança e Serviços Públicos, e de Educação, Cultura e Desporto, Ciência e Tecnologia, a presidente da entidade, professora Maria Luiza Ambros von Holleben, esteve presente, acompanhada do presidente do Conselho de Representantes da Adufrgs, Eduardo Rolim de Oliveira. Também representantes do Diretório Central de Estudantes (DCE) da Ufrgs, da Assurgs, da Associação dos Moradores da Vila Santa Isabel (em Viamão, próxima ao campus) e da Polícia Civil e Brigada Militar, participaram da reunião, onde a demanda para que se abra concurso para seguranças universitários foi lançada. No entanto, há uma discussão sobre extinção do cargo ou não. Enquanto isso, o volume do efetivo de vigilantes terceirizados tem aumentado nos últimos cinco anos.

“Desde o segundo semestre de 2013, percebemos uma crescente na violência”, admite o coordenador de segurança da Ufrgs, que associa o ambiente ao problema geral de falta de policiamento em Porto Alegre. “O número é baixo perto dos 11 mil roubos registrados pela Polícia Civil este ano em toda a cidade. Mas não dá para ignorar que em 2014 tivemos





**Rua Sarmiento Leite, próximo à elevada da avenida João Pessoa, é a passagem considerada mais insegura no Campus Centro**


o primeiro furto de veículo em cinco anos, que ocorreu na Faculdade de Odontologia”, cita Pereira.

O DCE da Universidade reagiu, lançando uma ferramenta na Internet para captar ocorrências por meio colaborativo. As pessoas que sofrem assaltos ou outros atos violentos podem inserir a informação. A ideia é monitorar registros e mapear os principais pontos, horários e tipo de ocorrências. “Vamos levar esses dados para a Ufrgs e Brigada Militar”, adianta o diretor jurídico do diretório central, Vítor Neves da Fontoura. A ideia foi inspirada na plataforma chamada de Ushahidi (testemunha, na língua suaíli, um dos idiomas oficiais no Quênia), criada por jovens para registrar a onda de violência que estourou após as eleições de 2008 no país africano.

O que o sistema quer mapear são as ocorrências que nunca chegam aos órgãos de segurança pública e mesmo das universidades. As pessoas podem acessar por smartphones, alimentando por meio de mensagens de sistemas EOS (Iphone) e Android. Fontoura cita as imediações da elevada da avenida João Pessoa como um dos focos de ataques. “Eu mesmo fui assaltado ali, estava me dirigindo ao prédio da Reitoria, por volta de 9h. O homem me abordou e ameaçou com um canivete”, conta o dirigente estudantil. “Sou exemplo, não fiz comunicação à Polícia”, revela Fontoura. Um abaixo-assinado que circulou no primeiro semestre deste ano - e foi entregue à BM - reuniu mais de mil assinaturas clamando por segurança. “A meta é gerar cultura institucional para reportar e mobilizar a segurança pública”, afirma o diretor do DCE. “As pessoas têm de se indignar, a ideia do DCE é muito boa”, opina Pereira, que aponta que entre as atribuições da segurança da Universidade está “zelar pela incolumidade das pessoas”.

As iniciativas em redes sociais se intensificam. Estudantes criaram no Facebook a página Ocorrências - Campus Cen-

tro Ufrgs, que em 22 de setembro já somava mais de 2,5 mil curtidas, reforçando o teaser da foto de abertura da página. “Segurança. Nós curtimos essa ideia.” As responsáveis, Lara Amaro e Juliana Colombelli, estudantes da Faculdade de Direito, segundo Fontoura, apontam até quatro registros enviados por dia de forma privada às mediadoras. Tudo é comunicado à BM, que busca intensificar a vigilância.

Na esquina da Rua Sarmiento Leite com avenida Osvaldo Aranha, uma viatura com soldados de prontidão era avistada durante o dia em setembro. “Ser assaltado, sentar e reclamar não adianta”, motivam as responsáveis, que registram a ação policial como vitória da campanha pela rede. No outro lado da rua, distante menos de 100 metros da viatura, uma pichação na parede do prédio histórico da Escola de Engenharia mantém presente o temor da violência. “Tem sempre alguém de olho no vigia”, diz o alerta. No Campus Saúde, próximo à avenida Ipiranga, uma faixa pede “o fim da violência nas universidades federais” e cobra concurso público para o cargo de segurança. 



**Viatura da Brigada Militar vigia região próxima aos Campus Centro da Ufrgs e ao entorno da Ufscpa**

# Fapergs muda estatuto para ganhar maior autonomia

por Ana Esteves

Divulgação / Fapergs



A presidente Nádia Pesce da Silveira comemora conquista em pleno aniversário de 50 anos da Fundação

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs) vive um momento histórico: no ano de seu jubileu, a entidade conseguiu, pela primeira, vez alterar sua legislação interna, flexibilizando o ordenamento jurídico da Instituição, aumentando a agilidade administrativa e melhorando o atendimento à comunidade científica. A sanção com alterações na lei de criação da Fundação foi assinada em setembro, pelo governador Tarso Genro.

A diretora-presidente da Fapergs, Nádia Pesce da Silveira, afirma que as principais mudanças se referem ao nível de autonomia de gestão, relacionado nos artigos 1º (finalidades) 2º (fontes de recursos) e 5º, bem como à representação legal que consta nos artigos 10º e 11º. A partir de agora, a Fapergs passará a funcionar com patrimônio próprio e autonomia de gestão. As leis deixam de ser cinquentenárias, defasadas e engessadas para aumentar a capacidade de financiamento. “A Instituição ganha independência administrativa de recursos próprios, podendo receber verbas para gerir os convênios”, destaca Nádia.

Segundo a diretora, a alteração na lei sobre finalidade, faz com que a Fapergs deixe de se destinar unicamente ao am-

paro de estudos científicos, podendo promover atividades de fomento, apoio e incentivo à pesquisa científica e tecnológica, ao desenvolvimento tecnológico e inovação, bem como contribuir para a formação de recursos humanos. Também passam a constituir receitas da Fundação, além de dotações e recursos distribuídos pelo governo nos termos da Constituição Estadual, auxílio e subvenção de órgão ou entidade pública ou privada, nacional e estrangeira; receita advinda da aplicação e da gestão de bens patrimoniais e fundos instituídos para sua gestão. “Ainda serão permitidas doações de pessoa física ou jurídica”, explica Nádia.

Como receita, será aceito saldo de exercício anterior e renda da prestação de serviços de gestão de programas de fomento. A Lei prevê também a participação em direitos de propriedade intelectual, bem como rendas de outras procedências. A partir desta nova versão da legislação, o diretor-presidente do Conselho Técnico Administrativo será o presidente da Fundação e representará a mesma em Juízo ou fora dele.

A diretora afirma que, em um primeiro momento, o principal resultado prático das mudanças será justamente o fato de



a presidência passar a ser exercida pelo diretor-presidente do Conselho Técnico Administrativo, o que leva a Fundação a ter uma maior celeridade no encaminhamento de convênios e contratos. “A inclusão do desenvolvimento tecnológico e da inovação moderniza a função da Fapergs e possibilitará a ampliação do escopo de editais a serem disponibilizados para a comunidade científica. Também oportunizará uma maior interação da mesma com o setor empresarial”, afirma Nádyá.

O texto permitirá ainda a gestão de bens patrimoniais e fundos financeiros, implicando possibilidade de aumento de recurso financeiro disponível para aplicação em pesquisa científica. A gestora atenta para o fato de que se deve ainda trabalhar para que a Fundação passe a receber bens patrimoniais que possam ser administrados, bem como para estabelecer fundos de captação de recursos. Da mesma forma, será importante o fato de a Fundação poder contar com renda resultante da gestão de programas de fomento, o que possibilitará uma maior capacidade de gestão dos processos internos, dando mais agilidade à Fapergs.

Nádyá explica que o intuito das mudanças foi de flexibilizar o ordenamento jurídico da Fundação, com efeitos no funcionamento do Conselho Superior, bem como do Conselho Técnico Administrativo. “Estas mudanças irão resultar em um ganho de eficiência na gestão da Fapergs e nas suas relações institucionais.”

### Mudança de realidade

A Lei Estadual nº 4.920 existe desde 31 de dezembro de 1964, e nunca havia sido revisada. No entanto, nas últimas décadas houve uma mudança muito grande na realidade da pesquisa científica e tecnológica do Rio Grande do Sul, o que passou a exigir uma adequação da Fundação.

Em função disto, ocorreu uma série de discussões em conjunto com a Secretaria de Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico, com o Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação do Estado, com os ex-diretores presidentes da Fapergs, com os representantes da comunidade empresarial através do Citec-Fiergs e com o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia. A partir destes fóruns, o Conselho Superior da Fapergs procedeu a modificação no texto da Lei, após ampla discussão e trabalho interno na Fundação, envolvendo também o Departamento Jurídico e o Conselho Técnico Administrativo.

Sobre as principais áreas de pesquisa atendidas, Nádyá afirma que o foco são todos os setores do conhecimento, com lançamento de editais denominados universais, para garantir um mínimo de recursos para a manutenção de linhas de pesquisa em andamento. Aos 50 anos, a Fundação tem alguns milhares de contratos em andamento com pesquisadores de 55 instituições no Estado.

A Fapergs também atende linhas de pesquisa ligadas à sustentabilidade ambiental (PELD), e às tecnologias da informação (Inria), dentre outras. “Entretanto, há a necessidade de

atender outras áreas de grande interesse para o Estado, como agricultura e pecuária, paleontologia, ciências do mar, e biota, apenas para citar algumas que ainda não possuem o volume de recursos necessários para sua ampliação e manutenção. O Rio Grande do Sul possui uma comunidade científica pujante e reconhecida internacionalmente que necessita de grandes investimentos”, afirma a gestora da Instituição.

De uma maneira geral, a Fapergs atende atualmente em torno de 30% da demanda qualificada, sem falar nos projetos que exigem grandes investimentos. Para Nádyá, uma maior autonomia de gestão permitirá um aumento da independência do caixa único do Estado para o repasse de verbas, permitindo também a captação de recursos externos e doações, até mesmo internacionais. Uma das alterações do estatuto se refere ao fomento aos recursos humanos. “A nova lei permitirá maior rapidez no estabelecimento de convênios que visem formação de RH em qualquer nível, além de proporcionar que mesmo instituições estrangeiras possam repassar recursos para convênios de intercâmbio de pesquisadores, se for o caso.”

Este tipo de fomento vem sendo feito nos últimos três anos com o apoio da Capes, além de contar com um programa de bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica, custeado apenas pelo Estado, que consome boa parte dos recursos repassados na forma de duodécimos.

Com a Lei modernizada, se abre um leque de possibilidades para estabelecimento de convênios que abrangem outras esferas da produção científica, incluindo cada vez mais as áreas artísticas e culturais. “Até o presente momento, nos últimos três anos vínhamos financiando a organização de eventos científicos, bem como o intercâmbio de pesquisadores, em todas as áreas do conhecimento. O principal programa de intercâmbio iniciou em 2013, com o apoio da Capes, para promover a internacionalização dos nossos programas de pós-graduação. Com a nova lei, estas ações poderão ser intensificadas”, finaliza Nádyá. 🗣️

### O que muda na legislação:

- **Autonomia de gestão:** buscar maior liberdade de contratação e oferta de contrapartida em programas conjuntos com outras instituições de fomento;
- **Finalidades:** ampliar o foco no fomento à pesquisa científica e tecnológica, incluindo a inovação;
- **Fontes de recursos:** buscar maior flexibilidade para captação de verbas através de parcerias estratégicas;
- **Representação legal:** proporcionar ao Conselho Técnico Administrativo (CTA) mais agilidade nas demandas administrativas.

# Ufrgs assina arquitetura do primeiro nanossatélite brasileiro em órbita

Equipamento carrega um sensor destinado a estudar o campo magnético terrestre e sua interação com a radiação proveniente do Sol e de outras estrelas

por **Araldo Neto**



**Coordenadora do projeto na Universidade, Fernanda Kastensmidt explica que o objetivo é qualificar o uso de processadores embarcados em circuitos programáveis comerciais para uso em aplicações espaciais**

O primeiro nanossatélite brasileiro está em órbita com parte da tecnologia desenvolvida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). Batizado de NanosatC-BR1, o artefato visa estudar a interação do campo magnético terrestre com a radiação espacial. Parte da carga útil do satélite foi projetada no laboratório do Instituto de Informática da Universidade. O equipamento foi lançado ao espaço em junho deste ano e já emite sinais aos pesquisadores em solo.

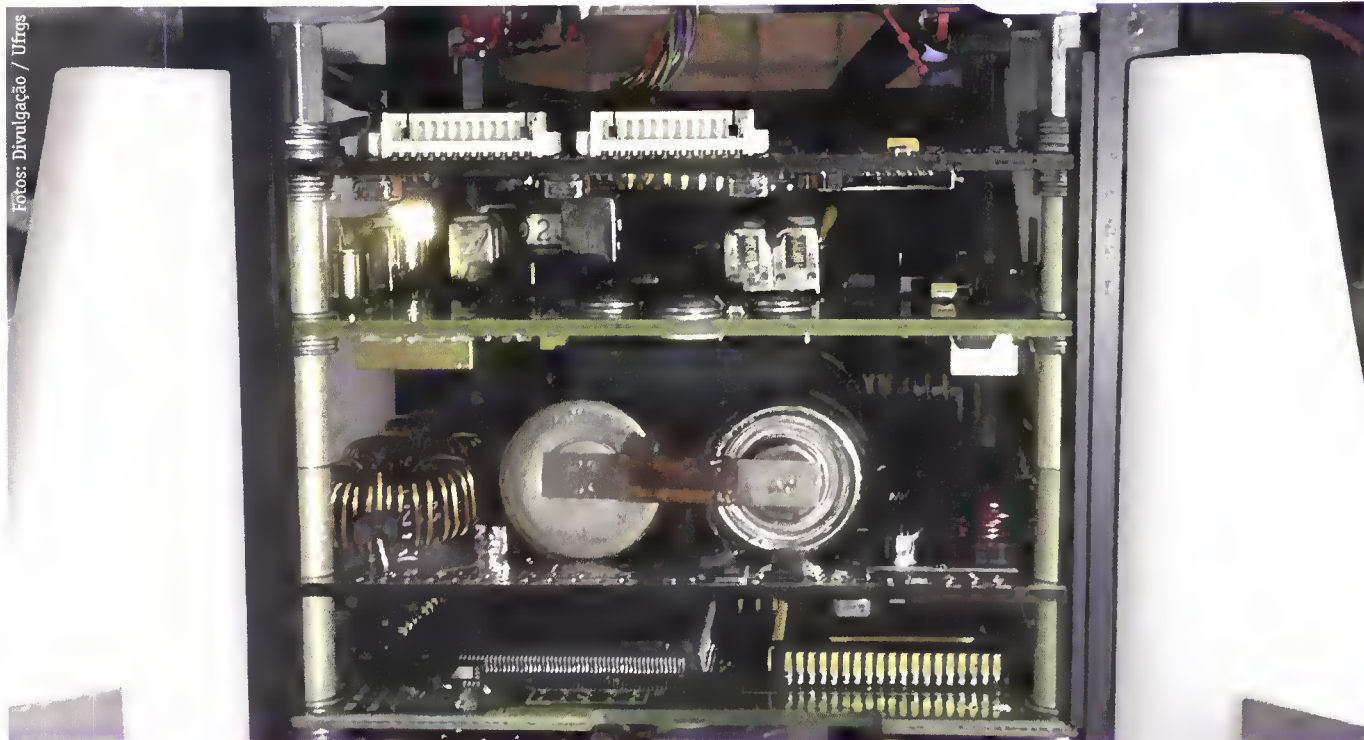
Pesando em torno de um quilo, o nanossatélite tem o formato de um cubo, com dez centímetros de lado. Desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) em parceria com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), o projeto tem como objetivo estudar distúrbios na magnetosfera (campo magnético do planeta) nas regiões onde ocorre Anomalia Magnética do Atlântico Sul. Nessa área, bem na região costeira do Brasil, parece haver uma falha na magnetosfera terrestre que permite que a radiação espacial chegue mais perto da superfície. Como consequência desta

anomalia, há um maior risco da presença de partículas de alta energia na região, que podem afetar as comunicações, redes de distribuição de energia, os sinais de satélites de posicionamento global (GPS), ou mesmo causar falhas de equipamentos eletrônicos como computadores de bordo.

Coordenadora do projeto na Ufrgs, a professora do Instituto de Informática, Fernanda Kastensmidt, explica que na órbita do satélite existem partículas que, ao interagirem com o circuito integrado, podem gerar falhas transientes. Estes erros são capazes de inverter o valor de um bit armazenado, por exemplo. “Nessa região, tu tens uma concentração maior de partículas. Todo o satélite que passa por ali pode ter mais falhas. Não existem muitos estudos que analisam a quantidade de lacunas, comparado com outras partes da órbita”, descreve Fernanda.

Segundo a professora, a carga útil do nanossatélite está dividida em três partes, que são um magnômetro, utilizado para captação de dados a serem explorados pela comunidade





Fotos: Divulgação / Ufrgs

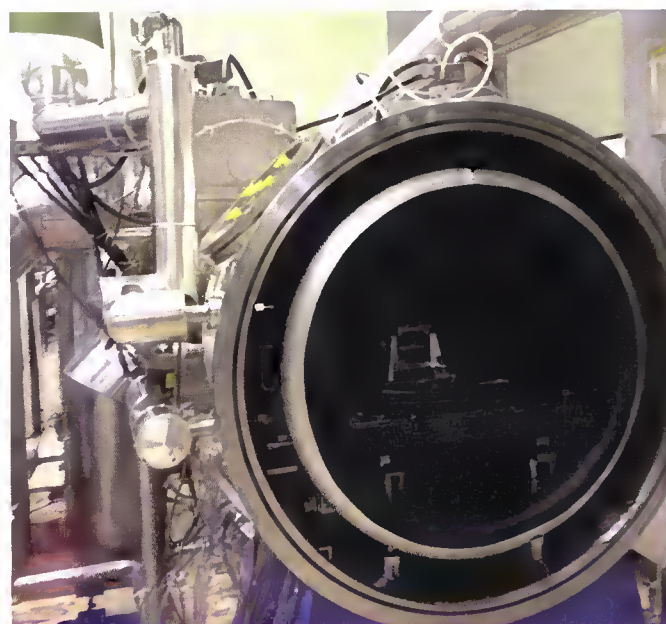
O lançamento do NanosatC-BR1 foi realizado com auxílio de um foguete, disparado no dia 20 de junho deste ano

científica, um circuito integrado resistente à radiação projetado pela Design House, de Santa Maria, e um processador com tolerância a falhas embarcado em circuito programável, que deve suportar as radiações no espaço em função de um software desenvolvido pelo Instituto de Informática da Ufrgs. Fernanda explica que o objetivo é qualificar o uso de processadores embarcados em circuitos programáveis comerciais para uso em aplicações espaciais. “Vamos poder mostrar que funciona bem. Ele tem uma taxa de erro, mas, com certa proteção é possível utilizar esse componente”, garante. As técnicas de resguardo usadas no software foram desenvolvidas durante o doutorado do professor da Universidade Federal de Rio Grande (Furg), José Rodrigo Azambuja, então orientado pela professora do Instituto de Informática da Ufrgs.

Embora a comunicação com satélite já tenha sido feita com sucesso, Fernanda Kastensmidt informa que os dados ainda estão em processamento. O lançamento do NanosatC-BR1 foi realizado com auxílio de um foguete, disparado a partir da base de Yasny, na Rússia. O foguete russo Dnepr, no qual o satélite foi lançado, também colocou outros 30 artefatos similares de vários países em órbita. Antes do NanosatC-BR1, o Brasil já havia criado outro nanossatélite, o Unosat-1. No entanto, o artefato foi destruído no acidente com o lançador brasileiro VLS-1, em Alcântara, no Maranhão, em 2003, três dias antes da data de lançamento.

A tecnologia aplicada no NanosatC-BR1 também será testada para ser utilizada em futuros projetos espaciais do País, o que pode representar um caminho viável para missões com-

plexas e mais baratas. “Conseguir mostrar que é possível usar circuitos de prateleiras comerciais para esse tipo de aplicação é muito importante porque se tem um mercado limitado para procurar circuitos que sejam tolerantes à radiação, pois são todos muito caros e de difícil acesso”, completa Fernanda. Um segundo nanossatélite – o NanoSatC-Br2 – já está sendo desenvolvido pelo mesmo grupo, coordenado pelo INPE de Santa Maria, com o objetivo de ser lançado em 2015. No entanto, ainda depende da disponibilidade de recursos para concluir a carga útil e bancar o lançamento. ☘



NanosatCBr1 no interior de uma câmara de teste no INPE



# Restaurantes Universitários: prato cheio de problemas e soluções

por Patrícia Comunello



Filas nos RUs dos campi da Ufrgs registram excesso de demanda e falta de oferta de operações similares

Superdemanda e capacidade esgotada, queixas sobre baixa variedade e até explosão na cozinha. Misture todos esses ingredientes, leve ao fogo e obtenha um prato cheio de polêmicas e tentativas de solução para o tema restaurante universitário (RU). Recentemente, o assunto reaqueceu na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), após um acidente com uma autoclave na operação do Campus do Vale (RU 4), que deixou uma cozinha com quase 50% do corpo queimado e ofuscou a abertura do novo restaurante daquela unidade da Universidade, prevista para ocorrer no final deste ano e que, segundo a Reitoria, terá até cardápio vegetariano. O termo “explosão”, usado pelos técnicos em Segurança do Ministério do Trabalho, é reconhecido pela própria Ufrgs, que contratou empresa para realizar uma vistoria em setembro, emitindo laudo com as causas do acidente e sobre a segurança do equipamento – uma vez que a fabricante não providenciou este serviço.

Na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

(Ufcspsa) e nos dois campi do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do sul (IFRS) da Capital, falta esse tipo de estrutura para baratear a manutenção e facilitar a fixação de alunos enquadrados em programas de carência. Em ambas instituições, a expectativa é pela implementação dos serviços próprios até 2015. No caso da Ufcspsa, a Reitoria comprou imóvel e anunciou que finalmente ofertará RU até o final do próximo ano, enquanto as administrações do IFRS-Campus Porto Alegre e IFRS-Campus Restinga projetam a construção de suas unidades.

O funcionamento dos RUs não é tema novo no mundo das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). E tanto a Reitoria da Ufrgs como o Diretório Central de Estudantes (DCE) concordam que a expansão gerada pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), destinado a elevar vagas e cursos nas Ifes, colocou mais pimenta no caldo das reclamações sobre insuficiência no atendimento. “Inclusão é cada vez mais um mote do governo federal, o que



eleva a demanda”, atribui o titular da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (Prae) da Ufrgs, Angelo Ronaldo Pereira da Silva.

A escalada foi vertiginosa. Basta verificar os números: em 2001, foram servidas 368 mil refeições no ano, que passaram a 1,5 milhão em 2009 e a 1,8 milhão em 2013. Em 2014, os cinco RUs da Ufrgs somam estrutura total para servir 3,8 mil refeições por dia, mas atendem mais de 10 mil, segundo a Prae – quando todos operam. “Há máquinas em alguns restaurantes com mais de 30 anos. Nem as empresas de manutenção querem se comprometer mais com o serviço, pois são equipamentos muito antigos”, justifica o pró-reitor. Além disso, para instalar aparelhos mais modernos é preciso garantir suporte de energia, outro gargalo diante do crescimento de atividades na Instituição, entre elas, projetos de pesquisa.

Atrás de solução no Campus Centro, que precisa de um novo restaurante, a Reitoria da Ufrgs não tem sorte. A compra de um imóvel foi abortada devido ao alto valor exigido pelos proprietários. “Pediram R\$ 3,5 milhões, mas a avaliação da Universidade foi de que valia R\$ 2,5 milhões. Quem sabe alguém entre as pessoas que souberem disso possa indicar outra área”, aposta o pró-reitor. Desde 2013, a Ufrgs aplicou R\$ 2,1 milhões na aquisição de equipamentos, como um dos caldeirões com autoclave que explodiu em 02 de setembro na unidade do Vale, enquanto era cozido feijão. Trata-se do mesmo fornecedor previsto para as panelas do RU 6, que foi erguido próximo ao Instituto de Informática, naquele Campus, e com capacidade para 2,5 mil refeições. Após o acidente, que teve quatro feridos, unidades do Vale e Centro foram fechadas, até que laudos técnicos garantissem segurança no uso dos caldeirões. No entanto, as operações reabriram alguns dias depois, e estão atendendo a demanda de forma limitada, sem o uso das autoclaves.

No dia 27 de setembro, a cozinheira Marli Nunes da Silva Feron, que teve 47% do corpo queimado na explosão, continuava



No RU Saúde, as estudantes Bruna Gauer (dir.) e Elisa Ferreira afirmam que o feijão faz falta no cardápio



Em frente ao RU Centro, o diretor jurídico do DCE da Ufrgs, Vitor Neves, chama atenção para faixa cobrando inclusão de suco no cardápio do estabelecimento

internada no Hospital de Pronto Socorro, com quadro estável. Cinco dias antes, ela havia sido submetida ao primeiro enxerto de pele. Entre os outros feridos, dois casos menos graves foram liberados no mesmo dia do acidente, após atendimento de emergência, e um terceiro ficou internado no Hospital Cristo Redentor até o dia 22 de setembro.

No RU do Campus Saúde, as três panelas de autoclave ainda estavam interditadas até o fechamento desta edição. O Ministério do Trabalho acompanhava as tratativas entre a Reitoria e a empresa. Mais recursos, oriundos do orçamento da União, são necessários não só para a Ufrgs. Para as Ifes, o repasse federal prevê R\$ 720,1 milhões em 2014, para custear assistência em moradia, bolsas, alimentação e transporte. Deveria ser de R\$ 1,32 bilhão, contabiliza o pró-reitor da Universidade, que também é secretário do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprae).

A Ufrgs estima que precisaria de acréscimo de R\$ 5 milhões ao ano do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAes), boa parte para os RUs. Em 2013, o governo federal repassou R\$ 15,04 milhões à esta universidade, sendo que mais de um terço desaguou nos refeitórios (R\$ 5,32 milhões). Ainda assim, R\$ 544.138,99 foram complementados com recursos próprios, informa o pró-reitor de Assuntos Estudantis.

O vice-reitor e pró-reitor de Coordenação Acadêmica da Ufrgs, Rui Vicente Oppermann, comenta que a expectativa é de aumento dos recursos, pois as necessidades se ampliarão. Um novo campus acaba de abrir no Litoral Norte, que terá RU para 300 refeições. O DCE reforça que a operação subdimensionada piorou pelo efeito Reuni. “A infraestrutura não acompanhou. Não adianta só trazer mais gente. Com a seleção pelo Sisu (30% das vagas para novos alunos a partir de 2015) vai aumentar a demanda”, adverte o diretor jurídico do diretório central, Vitor Neves da Fontoura. O DCE liderou a campanha pela volta do suco no cardápio e postou faixas nos acessos aos restaurantes que avisam: “Estudantes comendo no seco nos RUs da Ufrgs há quatro anos.” A entidade cita que a Universidade tem orçamento de R\$ 1,3 bilhão, e cobra a volta do insumo. Fontoura teve a garantia da

Prae de que o suco será novamente inserido nas refeições até o final deste ano.

A assessoria de imprensa da Ufrgs confirma que o suco voltará e que está sendo feita licitação para insumo e equipamentos. O diretor do DCE admite que o caso crítico é o da unidade Centro e lança a proposta: "Em vez de restaurante próprio, que não é atividade fim da Universidade, seria mais barato dar ticket ao aluno (tipo vaucher), como foi adotado em Rio Grande. Esse será o modelo no futuro", defende Fontoura.

## Sem autoclave não tem feijão

Muitos reclamam que o feijão um dia está mais aguado e em outro sem sal. Também elogiam. Mas se falta o prato mais popular na mesa dos brasileiros, aí salve-se quem puder. A queixa é geral. A explosão da autoclave na cozinha do RU do Campus do Vale levou à interdição de todos os caldeirões, enquanto não houver um laudo técnico assegurando que os equipamentos instalados em três unidades (Centro, Saúde e Vale) sejam seguros. Sem autoclave não tem como fazer feijão. A medida, em vigor desde 2 de setembro, determinou o fechamento dos RUs Campus do Vale e Centro, ambos agora operando de forma diferenciada, a exemplo da unidade da Saúde. Esta última acabou absorvendo parte da demanda do restaurante do Centro, no período em que o mesmo ficou parado, e as contingências obrigaram mudanças e testaram a criatividade da equipe coordenada pela nutricionista Salete Braga Medeiros. E o atendimento do RU2 bateu recorde: "No dia 9 de setembro, servimos 1.942 refeições no almoço, sendo que a média é de 1.750 por almoço", contrasta Salete.

No restaurante, que fica ao lado da Faculdade de Odontologia, novas combinações buscam superar a ausência de feijão. Reclamações de usuários (principalmente nos primeiros dias) foram inevitáveis. Além de mais trabalho aos quase 30 profissionais (a maioria de empresa terceirizada) e servidores da Ufrgs na área de nutrição. "Faz falta sim", diz a graduanda de Farmácia Bruna Gauer. "A gente se acostuma", completa uma estudante do mesmo curso, Elisa Ferreira. A dupla lembra que o suco foi suprimido

e sabe que a ausência de feijão se prolongará, mas reconhece que a segurança para os funcionários é importante. Em setembro, a dieta sem o ingrediente continuava. Para complicar ainda mais, a capacidade de operação mantinha-se restrita, pois apenas um dos dois fornos funcionava.

"Tenho 29 anos de Universidade e nunca tinha visto isso", desabafa a nutricionista Gilvane Santos, diante do acidente com a autoclave no Campus do Vale. "As pessoas parecem que não estão preocupadas com quem está ferido", lamenta a profissional, que treina no RU da Saúde, para no futuro responder pelo cardápio do novo restaurante no Vale. A nutricionista responsável pelo RU2 explica que não há como preparar a tempo feijão usando as bocas do fogão. Sobre queixas de qualidade, Salete responde com duas constatações. "Os estudantes chegam aqui, e a comida está pronta. É só servir. Na maioria dos restaurantes privados, a gente sempre espera. Aqui a comida é saudável, tem controle nutricional, o que não se acha em outros locais", ressalta a profissional veterana.

Sem ter como cozinhar o cardápio convencional, o jeito é inovar nos arranjos diários. "Acho que vamos ter de fazer novamente a lasanha de abobrinha italiana", provoca Salete, para a cozinheira Jaci Dias da Silva, que executou a receita há alguns meses. O cozinheiro Antonio Carlos Silva lembra que o prato fez sucesso entre a clientela. Agora sem feijão, Silva diz que capricha até na farofa e nos molhos, para adicionar ao arroz e ao macarrão. "A pressão aumentou, é muito mais gente para alimentar. Terminamos o dia muito mais cansados", descreve o profissional, que ao lado dos colegas não pára um minuto entre às 7h (quando começa o preparo da comida) e às 13h30min (fechamento do refeitório). "Vai ter mais demora na fila, mas a qualidade não vai mudar", assegura Silva, que trabalha há cinco anos no RU, onde começou como auxiliar. Ele diz que não pensa em mudar de trabalho.

## Filas e pouca guarnição

Se a qualidade das refeições no restaurante do Campus do Vale divide opiniões, imagine sem a oferta do serviço. E é o que ocorre desde o dia 02 de setembro, após a explosão de uma das autoclaves. A situação fez a Prae repassar auxílio financeiro de R\$ 150,00 para 15 dias de alimentação aos bolsistas. Até "salchipão" foi improvisado no Vale por turmas de cursos das Letras para protestar. A unidade já havia sido foco de polêmicas em 2013, quando a vigilância sanitária de Porto Alegre interditou o local por não oferecer condições de servir alimentação dentro de regras de saúde. O episódio levou à troca de equipamentos e às primeiras mudanças. Depois houve problemas com fornecimento de insumos (de legumes e hortaliças até feijão, arroz e carne), que atingiu outros restaurantes.

Em maio, estudantes acamparam por nove dias na Reitoria para pressionar pela qualidade e diversidade no suprimento dos alimentos, além de isenção do ticket de R\$ 0,50 e ajuda de custo em refeições nos finais de semana para bolsistas da Prae. Estu-



No RU Saúde, as nutricionistas Salete Braga Medeiros (esq.) e Gilvane Santos orientam os trabalhos da equipe, que inclui o cozinheiro Antonio Carlos Silva (dir.)



dantes de Ciências Sociais, Filosofia, Geografia e Biologia lideraram a ocupação. Terminado o protesto, os frequentadores do RU do Vale detectaram melhorias – diversidade em saladas, pratos quentes e até paçoquinha de amendoim na sobremesa. A isenção foi concedida, além de ajuda de custo de R\$ 120,00 mensais (o acordo previa R\$ 200,00). No acesso ao refeitório, um banner dá crédito ao movimento. “A ocupa rolou, o RU melhorou”, avisam. O titular da Prae ameniza o peso da manifestação na volta dos ingredientes. “Os movimentos aproveitam o barco, estamos melhorando desde 2013 e não teria como fazer isso da noite para o dia”, contrapõe Pereira. “Contribuímos sim. Se não fosse a ocupação, as mudanças iam demorar bem mais”, devolve Patrick Dias, um dos líderes, lembrando que o cardápio vegetariano estava na pauta e foi anunciado para o novo RU.

Mas nem assim a população no Campus do Vale sossega. Enquanto o novo RU não abre, estudantes como os colegas de mestrado em Botânica, Leonardo Nogueira e Géssica Moreira, comentam que muitas vezes não conseguem almoçar, pois a demora na fila pode levar até 40 minutos. Os dois opinam que a qualidade aumentou nos meses recentes, e consideram o RU da Saúde o melhor entre os grandes. “Almoçamos sempre por ali, pois a bolsa de mestrado é de R\$ 1,5 mil”, afirmam. Desde 2013 na Ufrgs, os colegas da Graduação em Biotecnologia, Renato Corá e Solon da Rosa, dizem que almoçam uma vez por semana no local, às sextas-feiras, “quando tem bife acebolado”. A dupla prefere pagar dez vezes mais em um outro restaurante no Vale, do que encerrar o cardápio, alvo de queixas. Ao saber que o novo RU terá opção vegetariana, os graduandos e pós-graduandos comemoram, mas admitem que só acreditarão quando o prometido restaurante abrir as portas.

Oppermann ressalta que o atendimento anual quase dobrou entre 2005 e 2013, saindo de 950 mil refeições para 1,76 milhão em 2013. O vice-reitor destaca que a construção do novo RU no Campus do Vale dará condição de suprir a demanda e “em tempo

menor”. Neste caso, o vice-reitor se refere ao dia a dia de espera. “Ninguém gosta de ficar em fila”, admite Oppermann, citando que a unidade estará mais próxima dos alunos na área onde foi erguida. Sobre os planos de ter um novo RU no Centro, o gestor lembra que o problema é a disponibilidade de imóvel. “Se não conseguirmos área, temos um problema sim. Se acharmos um imóvel, montamos um restaurante novo rapidamente.”

### Sem RU é ainda pior

Se a vida dos estudantes que contam com RU combina melhorias com restrições, os “sem RU” também penam. Na Ufcsa, surge uma luz no fim do túnel. A Reitoria anunciou em junho a compra de um imóvel que abrigará o restaurante, com promessa de ficar pronto até dezembro de 2015. Com 3.329 alunos em 2013, sendo 900 com bolsas de assistência (100 destas de subsídio para alimentação), o serviço é uma cobrança constante na comunidade acadêmica. Na página no Facebook, a direção do DCE da Ufcsa comemorou a notícia da aquisição. No começo do ano, a entidade havia lançado pesquisa sobre o tema e mandou aviso provocativo à gestão em um banner: “Enquanto outras universidades federais possuem Restaurante Universitário, a nossa possui três micro-ondas para os alunos realizarem suas refeições. Você acha isso certo?”

A reitora Miriam da Costa Oliveira já registrou o imóvel como propriedade da Instituição, mas mantém mistério quanto ao endereço. Em nota no site da Ufcsa, a gestora limitou-se a dizer que fica “em uma localização próxima à da Universidade”. “Dada à necessidade de reformas no local, o RU deverá ser entregue à comunidade acadêmica no final de 2015”, esclarece Miriam, admitindo que o serviço é uma demanda frequente dos alunos. “O rápido crescimento nos últimos 10 anos, quando a Ufcsa passou de um para 14 cursos e de três para cinco programas de pós-graduação, fez aumentar a demanda por assistência estudantil”, reforça a reitora. A abertura do RU está no Plano de




Os estudantes de Biotecnologia Renato Corá e Solon da Rosa desaprovam o cardápio do RU no Campus do Vale, enquanto os mestrandos Leonardo Nogueira e Géssica Moreira muitas vezes sequer conseguem almoçar no local, devido à demora na fila

Metas 2013-2017.

No Campus Restinga do IFRS também há previsão de construção de Restaurante Universitário, mas, procurada pela reportagem da Adverso, a assessoria de comunicação informou que a Instituição não comentaria sobre o assunto. No Centro, os estudantes podem utilizar o já sobrecarregado RU da Ufrgs, o que virou dificuldade extra, devido aos problemas com as autoclaves. Alunos como Roberto da Silva Rotondo, do 2º ano de Informática, almoçam diariamente no local. "Ouvimos a promessa de que em janeiro de 2015 teremos o nosso próprio RU", comenta o estudante. Na fila, após assistir às aulas, Rotondo perde até 40 minutos, e precisa comer rápido para não chegar atrasado ao

trabalho. "O tempo é curto", reforça o aluno, que procura fazer um rodízio entre os RUs, e confessa preferência pelo da Saúde.

A carência por operações nas instituições, bem como a queda da qualidade das refeições, preocupam a diretoria da Adufrgs-Sindical. "Estamos atentos e preocupados com os efeitos colaterais desta acelerada expansão das Ifes. Temos participado mensalmente de reuniões com o Ministério da Educação, para ressaltar os pontos críticos em relação à infraestrutura, sendo a assistência aos alunos um dos assuntos de pauta", afirma a presidente da entidade, Maria Luiza Ambros von Holleben. "Uma dieta alimentar saudável é fundamental para um bom rendimento acadêmico", completa a dirigente. 

### Prato Cheio na Ufrgs

Custo da bandeja em maio (2014): R\$ 7,09

### Quanto cada segmento paga por refeição

(Diferença até o valor de custo é considerado subsídio)

- **Alunos com bolsas Prae:** R\$ 0,50 (isenta desde maio)
- **Alunos em geral:** R\$ 1,30
- **Servidores e docentes:** R\$ 1,75
- **Eventuais:** R\$ 2,40

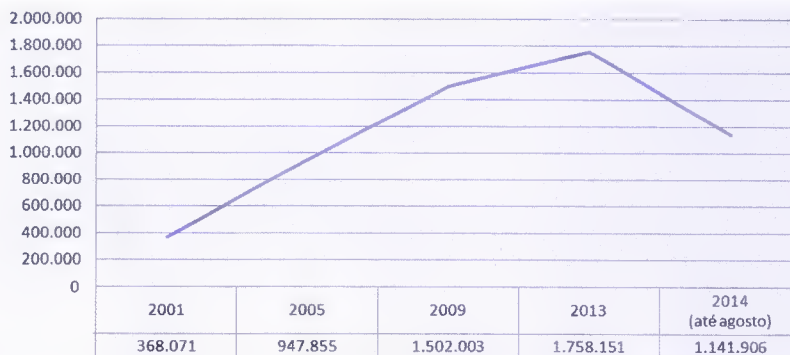
### Movimento nos Restaurantes\*

| RU           | Capacidade   | Refeições servidas (média/dia) |
|--------------|--------------|--------------------------------|
| Centro       | 800          | 3.337                          |
| Saúde        | 800          | 1.956                          |
| Vale         | 1500         | 4.169                          |
| Agronomia    | 450          | 670                            |
| Esef         | 250          | 631                            |
| <b>Total</b> | <b>3.800</b> | <b>10.763</b>                  |

\*agosto de 2014

### Escalada na Mesa

Salto nas refeições anuais a cada quatro anos



### Ações da Ufrgs para atender a demanda dos restaurantes:

- **Recursos aplicados em RUs do Programa Nacional de Assistência Estudantil em 2013:** R\$ 5,32 milhões (um terço do total recebido de R\$ 15,04 milhões)

### Medidas para qualificar serviço e ampliar capacidade:

- **2014:** investimento de R\$ 2,1 milhões em equipamentos e utensílios (também para RU 6)
- **Insumos** (cinco restaurantes em operação): R\$ 4,5 milhões

### Melhorias:

- Início operação do RU 6 (Campus do Vale), que terá também cardápio vegetariano
- Construção do refeitório do Campus Litoral Norte
- Aquisição de imóvel para construir novo restaurante no Centro (até agora tratativas fracassaram devido ao alto valor de locais)
- Substituição de equipamentos e melhoria de infraestrutura (incluindo contratos de manutenção)
- Aumento de número de servidores

Fonte: Prae/Ufrgs



Ricardo Herbert Jones

## “Um parto é uma construção única e subjetiva”

Mais do que um evento biológico, o nascimento de uma criança deve ser visto como um acontecimento humano. É o que preconiza o médico ginecologista, obstetra e homeopata, Ricardo Herbert Jones, um dos defensores da realização do parto humanizado – prática que vem se difundindo cada vez mais em todo o mundo e chega com força ao Rio Grande do Sul. Membro do Colegiado Nacional da Rede pela Humanização do Parto e Nascimento (Rehuna) e da Associação pela Humanização do Parto (HumPar - Portugal), Jones, além de entusiasta do parto humanizado, é adepto do parto natural e um dos líderes na discussão sobre a melhoria da qualidade no atendimento às parturientes.

Toda vez que realiza um parto humanizado, o obstetra diz estar restituindo o protagonismo do momento à mulher, desbancando preceitos impostos milenarmente pelo patriarcado. Em entrevista à reportagem da revista *Adverso*, Jones fala sobre sua carreira, sobre as vantagens da humanização do nascimento, desmistifica crenças errôneas sobre o envolvimento de questões religiosas com a prática médica, e defende que a vinda de uma criança ao mundo deve ser vista de modo integrativo e interdisciplinar, onde os aspectos emocionais, fisiológicos, sociais, culturais e espirituais são igualmente valorizados.

por Ana Esteves





**Adverso: O que o fez buscar se aperfeiçoar em parto humanizado?**

**Ricardo Herbert Jones:** Tive uma formação clássica em obstetrícia. Fiz a Faculdade de Medicina na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) e a residência médica no hospital escola desta mesma instituição. Minha atenção para a humanização se iniciou com o nascimento dos meus filhos, ambos de parto normal, mas com todas as intervenções que à época eram utilizadas como rotina. As críticas a estas intervenções se incrementaram a partir de então, principalmente através do contato com autores da área da obstetrícia, da psicologia, da psicanálise e da antropologia. Na verdade, me ficou claro que as intervenções intempestivas, e por vezes desnecessárias, no processo do parto – começando com as episiotomias e terminando nas cesarianas – eram produzidas em grande parte por uma visão demeritória e depreciativa da própria mulher, e não por simples erros de interpretação das evidências científicas. Mais do que um problema com a ciência, existia um problema ideológico. A lacuna entre o que se sabia e o que se fazia mostrava que este espaço era preenchido pelas mitologias as quais acionavam seus respectivos rituais. A compreensão última da essência desses ritos nos levava ao entendimento dos valores norteadores da sociedade, e, entre eles, se apresentava a defectividade essencial da mulher. Entender como agia a cultura médica no subterrâneo do inconsciente foi revelador em minha formação.

**Adverso: Em que exatamente consiste o parto humanizado e quais suas vantagens em relação ao parto convencional?**

**Jones:** Minha visão sobre a humanização do nascimento, ao mesmo tempo em que se distancia do naturalismo, também guarda uma distância considerável do modelo contemporâneo da tecnocracia. Diante disso, entendo o modelo

de assistência humanizada ao nascimento assentado sobre um tripé conceitual: o protagonismo restituído à mulher, sem o qual estaremos apenas “sofisticando a tutela” imposta milenarmente pelo patriarcado. Considero uma visão integrativa e interdisciplinar do parto, retirando deste o caráter de “processo biológico”, e alçando-o ao patamar de “evento humano”, onde os aspectos emocionais, fisiológicos, sociais, culturais e espirituais são igualmente valorizados, e suas específicas necessidades atendidas.

Esta é uma vinculação visceral com a Medicina Baseada em Evidências, dei-



**“A criação do curso de obstetrícia na USP foi importante, mas ainda precisamos de muitos cursos como este para que mude a face da atenção ao parto no Brasil”**

xando claro que o movimento de “Humanização do Nascimento”, que hoje em dia se espalha pelo mundo inteiro, funciona sob o “Império da Razão”, e não é movido por crenças religiosas, ideias místicas ou pressupostos fantasiosos. Afora de oferecer um estímulo à participação decisória e um reforço ao protagonismo por parte da mulher, tal atitude não pode ultrapassar os limites impostos pela nossa

especial característica enquanto espécie. Falo da assistência técnica ao parto, que é exatamente uma das marcas fundamentais dos humanos. Por esta razão, o suporte especializado ao parto pode ser considerado um “processo adaptativo dinâmico”, essencial para nosso desenvolvimento.

**Adverso: Como a questão da humanização tem sido abordada nas universidades? Há disciplinas e pesquisas acadêmicas sobre o tema?**

**Jones:** Fora do Brasil, esta é uma tendência bem clara. A universidade no País deu um salto muito importante quando da criação do curso de obstetrícia na USP, mas ainda precisamos de muitos cursos como este para que mude a face da atenção ao parto no Brasil. Ainda estamos em um processo de metamorfose, e ela está sendo impulsionada pela nova postura das mulheres em relação ao atendimento que recebem. De uma postura submissa e dócil, as mulheres agora se informam, aprendem em livros, frequentam palestras e recebem informação pela Internet. Mulheres estão se capacitando para lidar com suas próprias vidas e seus ciclos, e as universidades terão que acompanhar esta tendência. Nossos cursos de medicina e enfermagem ainda desmerecem as teses da humanização, mas a tendência é o crescimento.

**Adverso: O que o senhor aconselharia às muitas gestantes que ainda sentem medo ou preconceito em relação ao parto humanizado?**

**Jones:** Informação, seja através de profissionais da atenção ao parto ou por grupos de gestantes, pode auxiliar muito na tomada consciente de decisões. A escolha de um pré-natalista capaz de escutar seus desejos e temores é indispensável para uma tomada de decisão consciente. A única “vacina” possível para a alienação é o debate, o confronto e o respeito ao contraditório. Informar-se é a melhor capacitação para o entendimento pleno das vantagens de uma abordagem



humanizada ao nascimento.

**Adverso: Aproveitando este mote, como são suas consultas? Como é feita a anamnese destas pacientes? Há uma abordagem mais espiritualizada e holística do parto?**

**Jones:** A característica básica de nossas consultas de pré-natais é que elas duram, no mínimo, uma hora. Nesse período, podemos tratar de várias questões referentes à gestação e ao parto, não sendo necessário nos limitarmos às mensurações e antropometrias, mas para além das questões físicas e anatômicas. Não chamo essa abordagem de espiritualizada, pois a noção de espírito não parece servir aos nossos propósitos. Também receio um pouco a palavra holística, mas se você considera que uma abordagem emocional, psicológica, afetiva e social pode ser rotulada de holística, então este termo pode ser aceito. Meu único temor é que essa palavra faça as pessoas pensarem que as consultas são místicas, esotéricas, ou que incluam tratamentos alternativos para transtornos para os quais temos medicamentos ou tratamentos convencionais adequados e com bons resultados. O estímulo à livre expressão de temores, angústias, ideias, propostas e projetos faz parte inexorável dessa abordagem. Um parto é uma construção única e subjetiva, e oferecer esta posição de destaque para a gestante é uma tarefa tão difícil quanto necessária.

**Adverso: O senhor trabalha com doulas, parteiras e obstetras? Qual o papel de cada uma delas no parto humanizado?**

**Jones:** Sim, trabalho com uma equipe interdisciplinar de atenção ao parto, e cada componente atua dentro de sua especificidade profissional. Muitos partos são atendidos a “quatro mãos” com a enfermeira obstetra, mas aqueles com alguma complexidade (e que fogem do escopo de atuação da enfermeira obstetra) são atendidos por mim exclusivamente, incluindo-se aí – é claro – as intervenções como fórceps e cesariana.

As doulas, como sabemos, não realizam qualquer ação médica ou de enfermagem. Não atendem partos, não verificam pressão arterial, não fazem ausculta de batimentos fetais, não medicam e não questionam condutas médicas. Doulas são pacíficas e silenciosas, não interferindo no atendimento dos outros profissionais. Elas são especiais exatamente por isso: estão sempre ao lado da paciente para suporte físico, emocional e espiritual, sem jamais julgar ou questionar.

**Adverso: No caso do parto humanizado, como são realizados os exames de pré-natal e quais os recursos utilizados?**

**Jones:** Os exames de pré-natal são aqueles orientados pelo Ministério da Saúde. Os recursos utilizados são os mesmos de qualquer consulta de pré-natal, mesmo que exista uma ênfase muito grande na questão relacional e no estabelecimento de um vínculo de confiança entre a família e a equipe. Do ponto de vista operacional, entretanto, os exames são convencionais e a abordagem médica também.

**Adverso: Quais os lugares preferidos pelas mulheres para realizarem estes partos e quais as razões para esta preferência?**

**Jones:** O local de preferência para o nascimento deve ser de escolha da paciente junto com as orientações recebidas pelo seu pré-natalista, incentivando-se que ela obtenha todas as informações disponíveis sobre suas escolhas e que discuta abertamente riscos, vantagens, desvantagens e benefícios relacionados com as opções que ela traz ao debate.

**Adverso: Qual o papel do futuro pai em todo este processo?**

**Jones:** Ele sempre é convidado a participar dos encontros de pré-natal e do parto propriamente dito. Todavia, esta escolha estará sempre condicionada à aquiescência da mulher, pois para nós é muito importante estimular o protago-

nismo dela e o seu poder de decisão.

**Adverso: E quando o parto humanizado tem alguma intercorrência, como se costuma intervir?**

**Jones:** Partos humanizados podem ter intercorrências como qualquer outro, por esta razão é que a atenção precisa ser constante e ininterrupta, e os desvios da normalidade devem ser diagnosticados, discutidos e tratados o quanto antes. A intercorrência mais comum é a obstrução do processo de parto, que é tratada com infusão de hormônios – para melhorar as contrações quando elas estão frágeis – ou com a intervenção cirúrgica, quando esta for a opção que oferece menos riscos. Humanizar o nascimento não significa desprezar os recursos cirúrgicos ou mesmo heróicos, mas utilizá-los apenas quando seus riscos inerentes são menores que a continuação de uma abordagem fisiológica e não invasiva.

**Adverso: De que forma a ajuda oferecida pelo SUS tem fomentado os partos humanizados?**

**Jones:** O SUS e o Ministério da Saúde são grandes parceiros no debate sobre a humanização do nascimento. Isto se dá porque já vem de longa data o questionamento do governo federal sobre as políticas de saúde e o intervencionismo sobre o ciclo gravido-puerperal. Hospitais 100% SUS, como o Sofia Feldman, em Belo Horizonte (MG), são exemplos de aplicação de políticas de qualidade no setor público, e que podem servir de modelo para a construção de uma maternidade mais segura e humanizada para todas as gestantes deste país.

**Adverso: Como tem sido a adesão das mulheres ao parto humanizado, e o que as tem levado à esta escolha?**

**Jones:** Cada dia cresce mais o número de mulheres que, empoderadas por informações surgidas de diversos lugares, resolvem tomar para si o protagonismo do nascimento. Hoje em dia, existem muitas ONGs preocupadas com a questão do parto humanizado, e muitas instâncias

para trazer reclamações e sugestões sobre a atenção recebida. Entidades como Parto do Princípio, Rehuna, Arthemis, entre tantas, são importantes parceiros que disseminam as ideias fundamentais e basilares da humanização do parto. Muitos setores da imprensa também têm se preocupado com a questão e trazido entrevistas e artigos sobre o parto. Mulheres como Gisele Bundchen e outras artistas do Brasil e do Exterior, apresentaram depoimentos que tocam os corações e mentes de muitas outras, assim como os filmes recentemente lançados (*Orgasmic Birth*, *The Business of Being Born* e *O Renascimento do Parto*) oferecem uma luz a que muitos ficaram sensíveis.

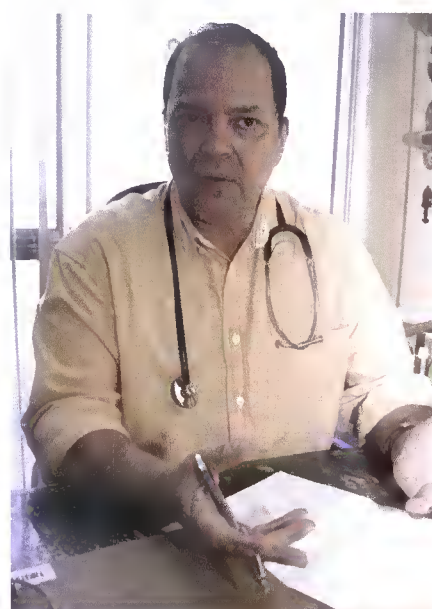
## **Adverso: O que é indispensável para o sucesso de um parto humanizado?**

**Jones:** Três elementos são constituintes fundamentais para o sucesso de parto humanizado: uma vinculação ideológica do profissional com as teses de humanização do nascimento, quais sejam, o protagonismo da mulher, a visão interdisciplinar e a Medicina Baseada em Evidências; um profundo desejo da mulher de trabalhar em parceria e responsabilizar-se por suas escolhas, em consonância com seu parceiro(a) – quando houver – e com a equipe de atenção; e fatores imponderáveis. Como o parto é algo que se processa “entre as orelhas”, muitos dos elementos que serão determinantes estão escondidos do olhar desarmado, pois se instalam no inconsciente, nos “porões da alma”. Um pré-natal é, na maioria das vezes, um período muito curto para se abordar todos os temas, perguntar todas as questões profundas e falar de aspectos emocionais pertinentes a um parto na perspectiva do sujeito. Assim, sempre haverá uma sobra, um quantum de imponderabilidade sobre o qual faltou abordar, faltou dizer e faltou perguntar. Mesmo quando tratamos todas as questões visíveis ao microscópio, ao laboratório e ao exame clínico – de acordo com todo o rigor científico – ainda

assim existirão fatores que fugirão ao nosso controle, e estes, muitas vezes serão os condicionantes que determinarão uma cesariana, mesmo quando os outros dois elementos estão presentes.

## **Adverso: Qual costuma ser o perfil das mulheres que buscam realizar o parto humanizado?**

**Jones:** Mulheres de classe média, curso superior completo, muito informadas, participantes de grupos de grávidas, interessadas em uma vivência completa do parto – e não apenas na sobrevivência



**“Um parto é uma construção única e subjetiva, e oferecer esta posição de destaque para a gestante é uma tarefa tão difícil quanto necessária”**

a ele – e que desejam intensamente que este evento seja marcante na sua trajetória como mulher.

## **Adverso: Qual a papel dos pediatras no parto humanizado? O senhor costuma contar com estes especialistas?**

**Jones:** Os pediatras são muito importantes, porque eles fazem parte das

equipes de atenção ao parto nos hospitais brasileiros, onde muitos partos humanizados estão começando a acontecer. Como eles estarão responsáveis pela atenção ao recém-nascido, na imensa maioria dos atendimentos é importante que esta atuação seja igualmente humanizada, preconizando ações com respaldo científico, estímulo à amamentação precoce e manutenção do bebê junto à mãe, sempre que possível. Felizmente, temos colegas que se encaixam nesse perfil, e que oferecem uma ajuda de qualidade para a transformação do nascimento em um evento seguro e transformador.

## **Adverso: A chamada “violência obstétrica” é o reflexo de uma educação médica deturpada e da falta de ética. Recentemente foi realizada uma audiência no Ministério Público para debater o tema da humanização. Qual o resultado do encontro?**

**Jones:** Foi marcante, muito mais pelos participantes do que pela mesa composta de ativistas e representantes da corporação médica. As perguntas, manifestações e depoimentos chamaram a atenção para o nível de conscientização crescente da população sobre a questão da liberdade e da autonomia das mulheres parindo. Muito mais importante do que os gráficos e estatísticas expostas foi o fato de que o movimento de mulheres cresce de forma vertiginosa, obrigando os cuidadores a demonstrar de forma muito clara a adequação de suas condutas. Esse tipo de encontro é um antigo sonho de ativistas da humanização, na medida em que oferece o diálogo dos diferentes atores sociais sobre um tema tão palpitante quanto o nascimento humano. Apesar de uma certa belicosidade que pairava no ar, o debate transcorreu de forma civilizada e educada, mas foi emocionante ver mulheres carregando seus filhos em “slings” ou nos braços erguendo-se e clamando por uma atenção mais digna ao parto, e com respeito às suas decisões sobre a forma como desejam trazer seus filhos ao mundo. 🇧🇷



# Súmula vinculante 33 do STF e a aposentadoria de quem trabalha em condições especiais

Francis Campos Bordas, assessor jurídico da Adufrgs-Sindical

A Súmula Vinculante 33 editada pelo STF em maio de 2014 com o propósito de “consolidar e uniformizar o entendimento” acerca do exercício do direito à aposentadoria especial aos servidores públicos previsto na Constituição Federal, vem sendo objeto de interpretações bastante divergentes, seja por operadores do direito, como sindicalistas e, sobretudo, pelo Governo Federal. Evidentemente que isso tem gerado incertezas para o maior interessado: o servidor público que trabalha em condições especiais, pois é ele o titular deste direito.

Este texto é dirigido ao servidor. Não tem pretensão teórica nem tampouco sustentar qualquer tese em um ou outro sentido, embora, por conta de nossa atuação profissional ao longo dos anos, seria ingênuo afirmar que é um texto imparcial. Não é! Defendemos o exercício efetivo de um direito dos servidores.

## 1. Premissa: conhecendo o titular do direito à aposentadoria especial

Primeiramente necessitamos ter conhecimento de como é formado o funcionalismo federal dos dias de hoje, ou melhor: Quem é o servidor federal atualmente? Quais suas expectativas futuras? São todos iguais entre si?

As alterações na Constituição ocorridas entre 1998 e 2012 criaram modalidades de cálculo de proventos de aposentadoria, que variam entre a integralidade (correspondente à totalidade da última remuneração) até proventos equivalentes ao teto do benefício do INSS, complementados por uma previdência fechada.

De acordo com o Boletim Estatístico de Pessoal e Informações Organizacionais publicado

regularmente pelo Ministério do Planejamento, especialmente o mais recente, relativo a 2014<sup>1</sup>, existem atualmente 662.460 servidores civis em atividade no Poder Executivo Federal.

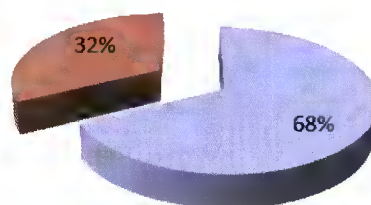
Tomando-se como marco divisório a publicação da Emenda Constitucional 41, é possível afirmar que entre 2004 e 2014, houve o ingresso de 214.358 servidores civis na Administração Federal. Logo, isto representa uma fatia de 32% do total de servidores em atividade.

Portanto, 68% dos servidores em atividade ingressaram antes da EC 41 e, nesta situação, têm a legítima aspiração de receberem proventos integrais equivalentes à sua última remuneração. Os demais 32% possuem uma expectativa nem tão alvissareira, pois seus proventos serão calculados a partir da média de suas contribuições, limitados ou não ao teto do RGPS conforme seu ingresso tenha ocorrido antes ou depois da implantação da Funpresp-Exe<sup>2</sup>.

Portanto, são dois grandes grupos de servidores com expectativas distintas, porém, ambos com o mesmo direito previsto na Constituição. O Governo Federal, como se vê pelas Orientações Normativas editadas em dezembro de 2013 (vide Adverso 205<sup>3</sup>) ignora so-

## Composição dos atuais servidores civis em atividade do Executivo Federal (conforme data de ingresso)

■ antes da EC 41 ■ depois da EC



lenemente a primeira – e maior – fatia do funcionalismo e trata da aposentadoria especial considerando apenas as novas regras previdenciárias, aplicáveis aos servidores “novos”. Isto frustra completamente as expectativas da maioria.

## 2. Pontos polêmicos

Os principais aspectos divergentes entre as pretensões dos servidores e a posição do Governo Federal são:

- A forma de cálculo dos proventos de aposentadoria especial, pois o entendimento do Governo Federal ignora completamente a possibilidade de integralidade àqueles que ingressaram antes da Emenda Constitucional 41. Logo, melhor “se aposentar de forma comum com proventos melhores”, do que “se aposentar de forma especial, com proventos piores”.

- Está sendo atualmente negada a possibilidade de aplicação dos fatores de conversão (1,4 para homens e 1,2 para mulheres) para fins de aposentadoria comum (na qual os proventos são integrais equivalentes à última remuneração).

- Há um declarado cerco levantado pelo Governo Federal contra a concessão de adicionais de insalubridade ou periculosidade, como também são levantados obstáculos quase intransponíveis para que o servidor prove que suas condições de trabalho são insalubres, perigosas, etc.

## 3. A aposentadoria especial é um assunto que será resolvido apenas no Judiciário?

Todo este debate sobre a aposentadoria especial no Judiciário decorre da falta de edição de lei regulamentando o direito que está previsto na Constituição. Portanto, estamos diante de uma situação excepcional, ou seja, tão logo editada a lei complementar pelo Congresso Nacional, o Judiciário “sai de cena”. É fundamental, portanto, que as entidades de classe, os servidores, atuem diretamente no Congresso Nacional no sentido de garantir que o texto da lei a ser editada venha garantir o direito à aposentadoria especial e não restringi-lo.

Até que votada a lei, o debate seguirá ocorrendo no Poder Judiciário.

## 4. O que diz a Súmula Vinculante 33?

Como dito na introdução, a Súmula Vinculante 33 do STF<sup>4</sup> tem uma especial importância na garantia do exercício do direito previsto na Constituição Federal; porém, não resolve tudo.

A Adufrgs-Sindical foi uma das poucas entidades admitidas como *amicus curiae*, por ocasião da ses-

são do STF que aprovou a SV 33, o que lhe permitiu defender seu ponto de vista na tribuna do plenário (link para a sessão de julgamento no youtube: [http://www.youtube.com/watch?v=dwxKN07o\\_y4](http://www.youtube.com/watch?v=dwxKN07o_y4)). É consenso entre os advogados das entidades de classe que a redação inicialmente proposta para a súmula era limitadora e excluía a possibilidade de aplicação dos fatores de conversão. As manifestações dos advogados das entidades foram exatamente no sentido de demonstrar que a “aposentadoria especial é gênero, do qual a conversão do tempo é espécie”, ou seja, está tudo umbilicalmente ligado.

Outro importante aspecto ficou claro por ocasião da sessão do STF: a questão da conversão do tempo especial em comum não é a discutida na súmula, ou seja, o texto da Súmula Vinculante não se refere à conversão, mas tampouco veda. Os ministros entenderam que sobre este assunto, não havia “reiterada e consolidada jurisprudência” que permitisse incluí-lo na súmula. Qual o efeito prático disto? Que segue aberto o debate sobre conversão de tempo, até que haja uma consolidação da jurisprudência do STF; em um, ou outro, sentido.

## 5. Sugestões de encaminhamento

Do que foi até agora exposto, é fácil perceber que o tema da aposentadoria especial está longe de uma solução final. As entidades de classe e suas assessorias jurídicas seguem fazendo sua parte junto ao Congresso e STF, porém, é chegado o momento de nova disputa judicial sobre os temas polêmicos referido no item 2, supra. Este novo debate poderá ser feito através de ações coletivas movidas em nome dos sindicatos, mas, dependendo da situação de cada servidor, talvez seja necessário o ingresso de ações judiciais individuais. Em outros casos, talvez algum encaminhamento administrativo seja suficiente. Listamos no quadro ao lado algumas situações e recomendações específicas: mas situações e recomendações específicas:

## 6. Conclusões

Passamos por um momento realmente tormentoso, em que as incertezas preponderam. A Súmula Vinculante 33 apresentou um avanço, porém, não o suficiente. A edição da tão esperada lei regulamentadora da aposentadoria especial – suas variáveis e consequências práticas – poderá trazer um cenário de maior previsibilidade. Até lá, sobretudo para a maioria dos servidores (os ingressos antes da Emenda Constitucional 41/2003), o enfrentamento judicial parece ser inevitável, sem descuidar da luta política junto ao Congresso Nacional.



| Pergunta do cliente   | Recomendação  |
|---|---|
| <b>Já me aposentei com tempo convertido. Corro risco?</b>   | Se o tempo convertido for posterior a dezembro de 1990 (implantação do RJU), existe risco. A ON 16/2013 do MPOG determinou que fossem revisados todos os atos administrativos que tenham considerado os fatores de conversão. Neste caso, quando chamado pela Administração, o docente deverá procurar a assessoria jurídica, pois muito provavelmente terá que ingressar com ação judicial.  |
| <b>Já ganhei abono de permanência com tempo especial convertido e sigo trabalhando.</b>   | A exemplo do caso anterior, a aplicação de fatores de conversão para fins de abono sobre o tempo posterior a dez-1990 foi tornada sem efeito pelo MPOG. Neste caso, existe o risco de ser suspenso o pagamento do abono de permanência. Não poderão ser cobrados de volta os valores já recebidos, mas provavelmente, o professor terá que ingressar em juízo para manter a vantagem, e talvez cobrar atrasados que não foram ainda pagos.  |
| <b>Pretendo me aposentar e para isso preciso do tempo convertido.</b>   | A aposentadoria comum por tempo de contribuição não depende apenas de tempo de serviço, pois existem outros requisitos como idade mínima, tempo mínimo de serviço público, etc. Em função deste conjunto de pré-requisitos a possível aposentadoria poderá ocorrer imediatamente, ou apenas daqui há muitos anos. Conforme o caso, a ação judicial pode ser interessante.   |
| <b>Estou próximo da compulsória e não completarei os requisitos para a aposentadoria normal. Posso me aposentar pela Especial? Como ficarão meus proventos?</b> | As normas editadas pelo MPOG garantem a aposentadoria especial (desde que preenchidos os rigorosos requisitos) após 25 anos de exposição a situações especiais. Não há requisito de idade. Porém, os proventos não serão equivalentes à última remuneração e não terão, futuramente, os mesmos reajustes que a categoria docente. Ou seja, financeiramente não é interessante.<br><br>Este servidor deverá obrigatoriamente procurar assessoramento jurídico para tentar, em juízo, uma aposentadoria mais vantajosa. |
| <b>Já tenho 25 anos de tempo sujeito a condições especiais. Posso pedir abono de permanência?</b>   | Sim, desde que o tempo tenha sido prestado exclusivamente no serviço público, pois esta restrição conta na ON 16/2003 MPOG. Para isso, deverá solicitar na via administrativa a concessão da vantagem.  |
| <b>Fui aposentado antes de surgir este assunto e sempre trabalhei em condições especiais. Posso melhorar minha aposentadoria?</b>                               | Observadas as restrições de ordem formal, como a prescrição, por exemplo, é possível sim a revisão da aposentadoria. É o caso, por exemplo, de um professor que trabalhou em laboratório por 30 anos e foi aposentado de forma proporcional. Ora, se ele completou os 25 anos ininterruptos exigidos para aposentadoria especial, poderá discutir em juízo a proporção de seus proventos.   |
| <b>Sou novo na Universidade e ganho insalubridade. Preciso fazer algo?</b>  | Os professores que ingressaram depois de 2004 não têm perspectiva de proventos de aposentadoria melhores do que aqueles previstos na ON 16/2013 do MPOG. Portanto, quando completarem os 25 anos necessários à aposentadoria especial, poderão pedir abono de permanência ou até mesmo se aposentar. A rigor, não precisam atualmente solicitar nada agora, salvo ter o cuidado de juntar documentação (laudos de vistorias que concedem adicionais, etc) para uso futuro.  |

#### Notas:

<sup>1</sup> [http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/servidor/publicacoes/boletim\\_estatistico\\_pessoal/2014/Bol219\\_BEP\\_e\\_IG\\_Jul2014\\_posicao\\_Jun2014.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/servidor/publicacoes/boletim_estatistico_pessoal/2014/Bol219_BEP_e_IG_Jul2014_posicao_Jun2014.pdf)

<sup>2</sup> Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – Funpresp-Exe foi criada pelo Decreto nº 7.808/2012,

<sup>3</sup> Adverso 205 - Nova regulamentação da contagem de tempo especial no serviço público: uma afronta à segurança jurídica.

<sup>4</sup> Aplicam-se ao servidor público, no que couber, as regras do regime geral da previdência social sobre aposentadoria especial de que trata o artigo 40, § 4º, inciso III da Constituição Federal, até a edição de lei complementar específica.”

#### Assessoria Jurídica da ADUFRGS-Sindical

Bordas Advogados Associados  
Praça da Alfândega, 12, 10º andar  
Edifício London Bank  
CEP: 90010-150 Porto Alegre/RS  
(51) 3228.9997  
[www.bordas.adv.br](http://www.bordas.adv.br)  
[bordas@bordas.adv.br](mailto:bordas@bordas.adv.br)

## Faurgs completa 20 anos de atuação na comunidade acadêmica

por Maricélia Pinheiro



Ex-presidentes da Adufrgs-Sindical, os professores Sérgio Nicolaiewsky e Cláudio Scherer integram a galeria inaugurada em julho deste ano, onde estão expostas fotos de diretores da Fundação

A Fundação de Apoio à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Faurgs) exerce papel fundamental no andamento das pesquisas dentro da Universidade há exatas duas décadas, completadas no dia 15 de julho de 2014. É a Faurgs que gerencia a maioria dos projetos desenvolvidos por professores e pesquisadores da Ufrgs, através da administração dos recursos financeiros e humanos. Também dá respaldo jurídico e, por sua credibilidade adquirida ao longo dos 20 anos de atuação, tem atraído novos projetos para a Universidade.

Segundo o diretor-presidente da Fundação, Sérgio Nicolaiewsky, a empresa ou órgão do governo que está financiando a pesquisa recebe periodicamente uma prestação de contas, o que confere transparência no andamento dos projetos gerenciados pela Faurgs. Além dos concebidos com recursos captados pelos professores, a Fundação de apoio à Ufrgs gerencia os projetos financiados com verbas da Universidade, controla os recursos oriundos dos cursos de especialização da instituição de ensino e dos projetos próprios que realiza no setor de concursos. Estas são as fontes básicas que sustentam a Fundação, hoje com mais de 90 funcionários, contratados pelo regime celetista, após rigorosa seleção.

Como fundação de apoio, de acordo com a legislação, a Faurgs não remunera seus gestores, que são docentes da Ufr-

gs ativos ou aposentados, indicados pelo reitor e aprovados pelo Conselho Deliberativo.

Em relação às áreas de concentração dos projetos, Nicolaiewsky garante que praticamente todas as unidades acadêmicas da Universidade têm trabalhos gerenciados pela fundação. Algumas têm mais e outras têm projetos com maior volume de dinheiro, como a Saúde, por exemplo, que recebe muitas verbas do Ministério da Saúde. Outro vultoso projeto em termos financeiros é coordenado pela Escola Superior de Educação Física (Esef) e financiado pelo Ministério dos Esportes. "Há inclusive professores ou pesquisadores e bolsistas de universidades de outras partes do País envolvidos em projetos nacionais coordenados pela Ufrgs", observa o gestor.

Em 2013, a Faurgs movimentou um montante aproximado de R\$ 600 milhões e existe previsão de 5% mais para 2014, o que tem sido a média de crescimento anual. E pelo importante suporte dado aos pesquisadores, a Fundação cobra algo em torno de 5%, de acordo com tabela criada a partir de uma análise dos custos operacionais internos. Essa tabela, segundo Nicolaiewsky, foi instituída por orientação do Tribunal de Contas da União (TCU) e anualmente é revista pelos professores, depois assinada e publicada pela Pró-reitoria de Planejamento.



Acessando o site da Fundação ([www.faurgs.ufrgs.br](http://www.faurgs.ufrgs.br)) é possível acompanhar o andamento de projetos, consultar a tabela de valores cobrados, obter formulários e outras informações.

### Expansão rápida

A Faurgs, como a maioria das fundações de apoio às universidades, nasceu da necessidade dos professores e pesquisadores de utilizar as verbas que recebiam para estudos e compra de equipamentos, devido à burocracia da Universidade, conta o professor Cláudio Scherer, membro da primeira diretoria da Faurgs e ex-presidente da Adufrgs-Sindical. “A Faurgs foi criada para agilizar esse processo”, explica. Scherer recorda que o capital inicial para a criação da Fundação foi formado a partir de uma “vaquinha” feita entre os professores. Algo simbólico, o mínimo necessário para o pontapé inicial.

Em cinco anos, a expansão das atividades já exigia a necessidade de ampliação da área física e melhorias no atendimento aos usuários. Conta Sérgio Nicolaiewsky, que naquele momento a entidade compreendeu que deveria ir além do papel de administradora de recursos e, com a aprovação da Ufrgs, construiu um prédio em regime de comodato, dentro da área da Universidade, para atender às necessidades da comunidade acadêmica. A nova sede, com 2,1 mil m<sup>2</sup>, foi inaugurada em 4 de maio de 2000, no Campus do Vale. Dando continuidade à política de expansão, em setembro de 2000, a Faurgs inaugurou o Centro de Treinamento e Eventos Ufrgs/Faufrgs, no centro da cidade de Gramado, com estrutura completa para a realização de congressos, seminários, feiras, exposições, cursos e treinamentos.

A Fundação continuou crescendo, não somente em tamanho, mas também em qualidade e, em 2006, conquistou a Certificação ISO-9001 da Unidade de Tecnologia da Informação. Em 2012, ganhou a Certificação ISO-9001/2008, concedida pela Certificadora BSI Brasil.

Passadas duas décadas, a entidade, que começou a funcionar em uma sala, com quatro funcionários, e hoje ocupa um prédio de cinco andares no Campus do Vale, atua em várias frentes, indo além do propósito inicial de gerenciar verbas de projetos de pesquisa. Atualmente, presta serviços técnico-científicos remunerados à Ufrgs e à comunidade; realiza e promove atividades científicas e culturais; concede bolsas de estudo e de pesquisa, de graduação, pós-graduação e extensão; promove, difunde e coordena a cooperação técnica entre organizações e instituições nacionais e estrangeiras.

Nicolaiewsky comemora o fato da Faurgs hoje atender às três instituições federais de ensino superior que compõem a base da Adufrgs-Sindical: além da Ufrgs, também a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (Ufcspa) e o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS – campi Porto



**Sérgio Nicolaiewsky garante transparência da Faurgs com prestação de contas periódicas aos financiadores dos projetos gerenciados pela Fundação**

Alegre e Restinga). Atualmente, a Faurgs é também fundação de apoio da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS) – com sede em Chapecó (SC) e campi em Cerro Largo (RS), Erechim (RS), Passo Fundo (RS), Realeza (PR) e Laranjeiras do Sul (PR) – e em breve atenderá à Unipampa, com sede em Bagé (RS).

### Viabilizadora de projetos

Alberto Reppold Filho, diretor da Escola Superior de Educação Física (Esef/Ufrgs), não consegue imaginar como seria viável o Programa Segundo Tempo sem o auxílio da Faurgs. A Fundação é responsável, segundo ele, pela gestão financeira; contratação e pagamento de pessoal; compra de equipamentos como computadores, internet móvel e celulares; compra de passagens e aluguel de veículos. Enfim, a Faurgs providencia tudo que é preciso para viabilizar o trabalho dos pesquisadores.

Na Esef há uma sala com 15 pessoas contratadas pela Fundação exclusivamente para o Programa Segundo Tempo. São bolsistas, estudantes da Ufrgs e de fora da Universidade, ligados a várias áreas do conhecimento. E a credibilidade da Faurgs, garante Reppold, vem atraindo novos projetos. “Devido à qualidade de serviço prestado pela Fundação, a Ufrgs tem sido procurada para gerenciar outros projetos do Ministério dos Esportes. As pessoas confiam que aqui o trabalho é feito com seriedade, transparência e rapidez”, observa.

Financiado pelo Ministério dos Esportes e gerenciado pela Escola Superior de Educação Física da Ufrgs, o Programa Se-



Prédio atual da Faurgs foi inaugurado em 4 de maio de 2000 no Campus do Vale

gundo Tempo iniciou nova fase em janeiro de 2014. A meta é capacitar profissionais de todo o Brasil para promover atividades esportivas em comunidade carentes. Segundo Reppold, até final de 2016 espera-se preparar cerca de 30 mil monitores. Além de elaborar o material didático, montar os cursos de capacitação e gerir o programa, a Esef passou à fase de avaliação das ações já implementadas. “Constatou-se, por exemplo, a necessidade de se trabalhar os valores e respeito às diferenças”, afirma.

O grande desafio agora, segundo Reppold, é construir metodologias para avaliar o impacto do projeto na comunidade. Ele ressalta a dificuldade de manter crianças e adolescentes carentes em projetos sociais, devido a razões externas mais diversas. O Programa Segundo Tempo foi escolhido pela Nike, em 2012, como exemplo de projeto social na área dos esportes, entre outros do mundo.


O médico e professor da Ufrgs, Erno Harzheim, coordenador do Programa TelessaúdeRS, também destaca que sem a Faurgs não seria possível levar o projeto à frente. Nesse caso, a Fundação administra os recursos financeiros e uma equipe composta hoje por 140 pessoas. “Ao longo dos oito anos do TelessaúdeRS, a Faurgs sempre foi nossa parceira em qualquer nova ação que a gente quisesse empreender para qualificar o Sistema Único de Saúde (SUS), através das melhorias das ações e das decisões dos profissionais de saúde da atenção básica. Lidamos com milhões de reais e a Faurgs nos dá subsídio jurídico. Sem a Faurgs, não conseguiríamos fazer esse trabalho.”

O TelessaúdeRS, financiado pelo Ministério da Saúde, co-

meçou como projeto piloto em 2007 e em pouco tempo se transformou em modelo para o resto do País. Trata-se de um serviço para qualificar a prática de profissionais de atenção primária à saúde, de maneira que eles possam atender mais e melhor. O objetivo, segundo Harzheim, é evitar encaminhamentos, filas nas emergências e internações, utilizando a tecnologia de informação e de comunicação.

Erno Harzheim explica que, através de um canal exclusivo e confidencial, um profissional da saúde envia uma dúvida para um colega do TelessaúdeRS e obtém a resposta em até 72h. Ou pode acionar o telefone 0800 644 6543, das 8h às 17h30min, e ser atendido na hora. A prática tem evitado deslocamentos de pacientes do Interior para Capital e dado maior agilidade no atendimento pelo SUS.

Outra frente do projeto é a instalação de aparelhos para realização de espirometria em várias cidades-sede espalhadas pelo Estado. “A espirometria é um teste para diagnosticar e avaliar o manejo terapêutico para asma e doença pulmonar obstrutiva crônica, responsáveis por cerca de um quarto das internações que poderiam ser prevenidas no Rio Grande do Sul”, explica o médico e coordenador do TelessaúdeRS.

Em 2011, segundo Harzheim, um convênio com a Secretaria Estadual de Saúde permitiu que o projeto fosse estendido a todos os municípios gaúchos, saindo de 127 para 497 cidades, potencializando o serviço de 0800 e o telediagnóstico. O projeto atende 35 mil médicos em todo o Brasil e 2.378 unidades básicas de saúde no Estado. Desde que foi implementado, o 0800 já respondeu a 12 mil ligações, sendo que em cerca de 80% foi evitado o encaminhamento do paciente para nova consulta. 



# Ufrgs continua à espera de seu Parque Tecnológico

por Patrícia Comunello



**Coordenador do futuro empreendimento, Flávio Rech Wagner garante que os trabalhos estão acelerados**

O Estado e mesmo o País se acostumaram a ouvir ou ler sobre empreendimentos e expansões dos parques tecnológicos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Tecnopuc) ou Unisinos (Tecnosinos). Mas, e o da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), considerada a top de qualidade entre as federais? Criado oficialmente em 2010 pelo Conselho Universitário, o empreendimento começa, aos pouquinhos, a virar realidade na área de mais de 30 hectares reservada ao projeto no Campus do Vale. E tudo indica que o ritmo não será tão veloz como gostariam os próprios docentes que coordenam núcleos de pesquisa e desenvolvimento de inovação na Instituição.

Licenciamentos para erguer edificações precisam passar, desde 2013, pela Fundação Estadual de Proteção Am-

biental (Fepam), devido ao tipo de vegetação existente na região. Também devem ser elaborados projetos de infraestrutura e buscados recursos para custear boa parte do conjunto de unidades previstas. Alguns prédios de laboratórios – cinco até agora – são avistados em meio à vegetação fechada, abaixo da represa (trajeto feito pelos ônibus coletivos), na trilha que passa pelo Instituto de Pesquisa Hidráulica (IPH).

A demora na implementação do empreendimento, que se estenderá, quando completamente concretizado, por mais de 30 hectares, chama a atenção do Conselho Municipal de Inovação. Integrantes consideram que é decisivo acelerar o processo e se mostram dispostos a apoiar medidas que abreviem o tempo de instalação. “Sei que o assunto foi abordado em reunião do conselho. O plano ficou





Coordenador do Lamef, Telmo Strohächer acompanha trabalhos na futura área onde será erguido o prédio do laboratório

pronto nos últimos meses e foi enviado à Fepam. Estamos fazendo este trabalho com a máxima velocidade possível”, garante o coordenador do Parque, o professor Flávio Rech Wagner. Ele é um dos maiores interessados em aprontar o complexo, que prevê sede para o staff de gestão da operação. Hoje, junto com os demais integrantes da equipe administrativa do empreendimento, Wagner está alojado no Château, no Campus Centro.

Mais motivos para botar o pé no acelerador? Outro: teve grupo de pesquisa tendo de devolver recursos de financiadores (neste caso, uma estatal) porque não conseguiu aplicar, a tempo, o aporte repassado para a construção do prédio no sítio tecnológico. As verbas não serão perdidas, mas exigem nova tramitação. Wagner lembra que, mesmo sem o complexo, a atividade de pesquisa e desenvolvimento, com foco em inovação, espalha-se pelos campi, em 700 grupos, que somam convênios e parceria de mais de R\$ 200 milhões. “Sempre criamos muitas empresas, a primeira incubadora em TI na Região Sul surgiu aqui, há 17 anos”, cita o coordenador. “O ecossistema em grande parte já existe. Quando vierem mais centros para a área, a interação será fortalecida e qualificada”, aposta Wagner. “Só não fincamos a bandeira.”

O plano de negócios do futuro parque está pronto, e prevê R\$ 90 milhões em investimentos na primeira fase (cinco anos), com área a ser construída de 51 mil m<sup>2</sup>, que incluem prédios administrativos e para locação por empresas (15 mil m<sup>2</sup>), laboratórios de pesquisa (15,5 mil m<sup>2</sup>) e edificações próprias de empresas ou institutos parceiros (20,5 mil m<sup>2</sup>). A fonte para bancar R\$ 40,2 milhões deve ser buscada em organismos públicos não reembolsáveis, e

os R\$ 49,8 milhões restantes de recursos de empresas ou institutos de pesquisas.

A intenção, prevista no plano, é tornar o empreendimento autossustentável financeiramente após seis anos de implementação. “A Ufrgs, como poucas instituições no Brasil, tem como aplicar um modelo de parque diferenciado, no qual a grande âncora será a própria Universidade”, define o coordenador, contrapondo a outros ambientes que chegam a alojar fábricas, caso do Tecnosinos. O prazo de execução de duas fases na área de 16 hectares é projetado em dez anos. “Após essa etapa, vamos trabalhar imediatamente na ocupação dos outros 15 hectares.”

#### Tocando as obras

Pelo menos cinco laboratórios já estão na área do Parque. O sexto será de uma nova unidade do Laboratório de Metalurgia Física (Lamef), que já tem sede na entrada do Campus do Vale. As fundações foram concluídas no primeiro semestre. O coordenador do Lamef, Telmo Strohächer, confere in loco a situação do terreno e vislumbra o começo das obras para este ano. Serão mais de 5 mil m<sup>2</sup>, segundo o plano do Parque. A rapidez na instalação, mesmo sem as licenças liberadas ao complexo e demais edificações, explica-se pela existência de liberação em 2012.

Serão investidos R\$ 6 milhões na unidade (parte civil e equipamentos), oriundos da Petrobras. A unidade dois será estratégica para distribuir equipamentos e equipes de pesquisa. Na instalação existente, o espaço visivelmente começa a ficar apertado. O Lamef ganhou projeção nacional e internacional em testes e desenvolvimento de soluções em materiais mecânicos. A Petrobras é uma das maiores clientes, com exame e testes de fadiga de tu-



bulações e outros componentes cruciais na indústria de extração e produção de petróleo.

O laboratório também tem uma cultura de registro de patentes (17 até hoje), para proteger o resultado de pesquisas. Além disso, a equipe presta serviço de graça a pequenas indústrias. “Atuar com pequenas e microempresas (MPes) é simbólico”, relewa Strohächer, lembrando que também desenvolve projetos e serviços para companhias como a British Gas (BG), John Deere, AGCO, Vale e Stihl. A operação dentro do Parque ainda abre perspectiva para maior interação com outros segmentos da Ufrgs que se dedicam a pesquisas, salienta o coordenador do Lamef.

Cinco unidades de trabalho já estão na área do Parque. O mais recente morador é o Laboratório de Catálise Molecular, ligado ao Instituto de Química e inaugurado em junho. A edificação, com três andares, soma 1,8 mil m<sup>2</sup>. Antes, equipamentos sofisticados, laboratórios que geram inovações de projeção mundial e mais de 100 pessoas (docentes, pesquisadores, pós-graduados e bolsistas) disputavam espaço de 300 m<sup>2</sup> na Química, no conjunto de unidades acadêmicas na área central do Campus do Vale.

O laboratório tem convênios com indústrias químicas, como Braskem, e Petrobras, maior financiadora (70% do valor). “Fazemos ciência básica com potencialidades de aplicação”, traduz o coordenador, o professor Jairton Dupont, eleito em 2011 como um dos 100 químicos mais influentes do mundo pela agência internacional Thomson Reuters. Dupont diz que equipamentos consumiram R\$ 20 milhões em investimentos. A Petrobras terá um escritório no laboratório a partir de janeiro. Entre pesquisas em parceria com a estatal, estão a de captura e transformação de CO<sub>2</sub>, eliminação de compostos sulfurados e nitrogenados. Outros financiadores são Braskem, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado (Fapergs), CNPq e Ministério de Ciên-

cia Tecnologia e Inovação (MCTI).

Dupont lamenta que se espere tanto tempo para montar o Parque, e defende que deveria haver maior engajamento de administrações - município e Estado - para agilizar licenças. Na estrutura existente, são seis grupos de pesquisa somando 15 professores, 12 pós-doutores, 33 doutorandos, 18 mestrands e 28 bolsistas de iniciação científica. Só não tem nenhum servidor administrativo, o que gera dificuldades em procedimentos corriqueiros e burocráticos. Dupont lembra que, além de ter um complexo, é preciso condições mais adequadas para fazer pesquisas.

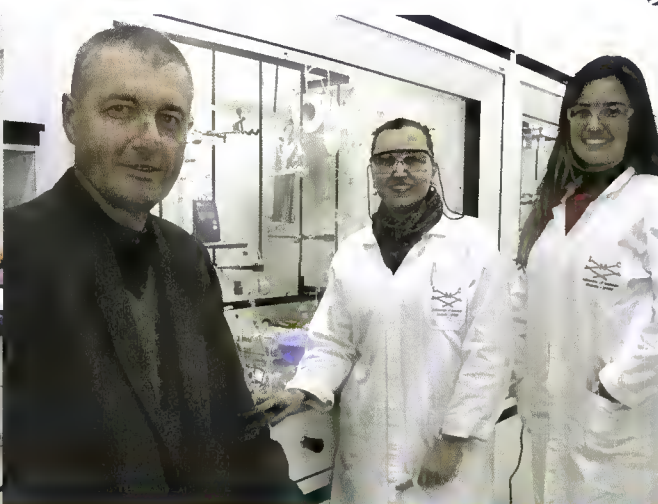
“O que mais atrasa é o arcabouço jurídico. A Universidade tinha de ter autonomia e não seguir regras como qualquer repartição pública”, pontua o coordenador do laboratório. “O sistema não é competitivo”, completa. Entre os pesquisadores, a inserção no ambiente onde ficam lado a lado com outras unidades traça novas perspectivas. “A estrutura é mais completa estando aqui, para suporte de equipamentos”, destaca Cíntia Caspers, que faz doutorado. Graciane Marin lembra que a proximidade com unidades na área da Física permite maior troca de informação em pesquisas, como em energia solar.

#### Pouco espaço, muita pesquisa

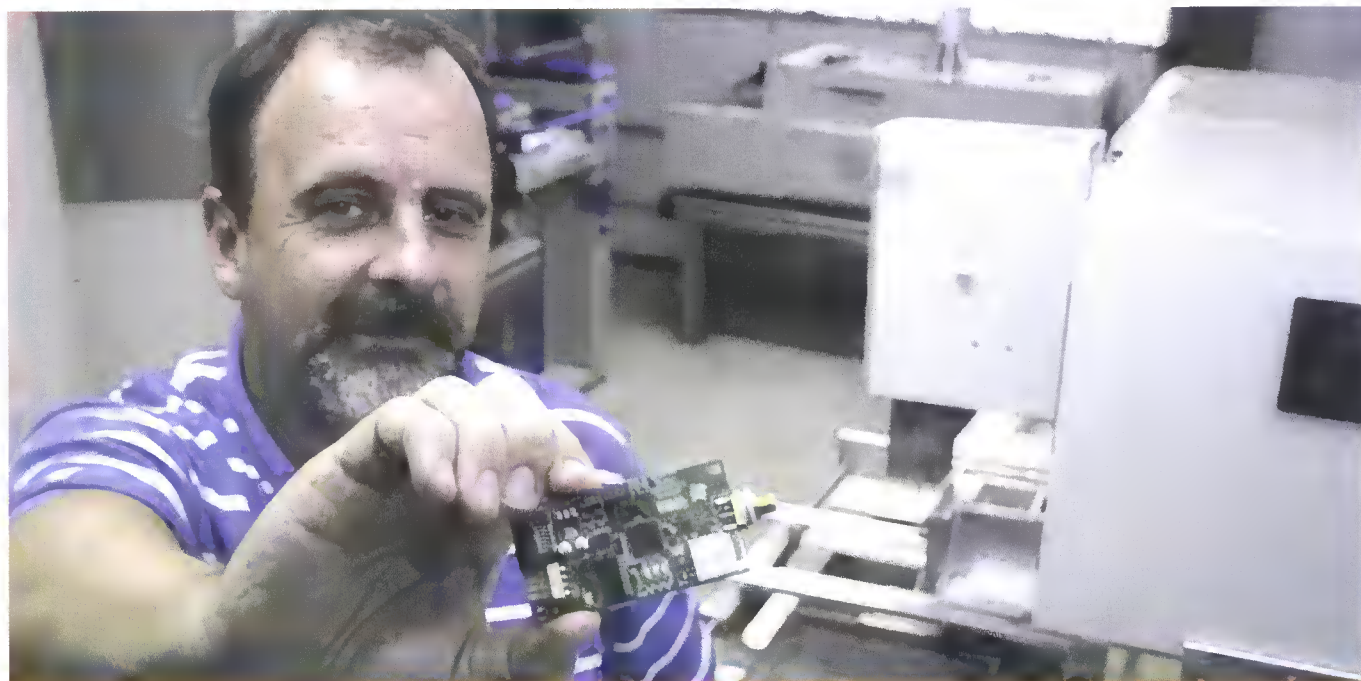
O andar térreo do prédio histórico da Escola de Engenharia, na esquina da rua Sarmento Leite com a avenida Osvaldo Aranha, ficou pequeno para abrigar tantos equipamentos e pesquisadores do grupo de controle, automação e robótica. Afinal, o segmento da Ufrgs é referência no País e tem contratos volumosos em recursos e desafios com estatais como Petrobras. O local ainda abriga a sede do Núcleo de Excelência em Redes de Comunicação Industriais (Nerci), que reúne outras universidades e produz ci-



Jairton Dupont (centro), coordenador do Laboratório de Catálise Molecular, e os pesquisadores Muhammad Irfan Qadir, Ainara Telleria, Janine Rachel Viscardi e Cíntia Caspers



Günter Ebeling, com Virgínia Serra de Souza e Graciane Marin, ocupam o Laboratório de Nanopolímeros



**Carlos Eduardo Pereira, coordenador do Núcleo de Excelência em Redes de Comunicação Industriais (Nerci), mostra placa feita por equipamentos instalados em sala apertada**

ência, tecnologia e inovação para alavancar a capacidade de empresas brasileiras em entrar no rol de fornecedoras da estatal.

Quem passeia pelas salas confirma que o ambiente é muito apertado. Equipamentos de linhagem alemã, coreana e italiana, avaliados em R\$ 1,5 milhão e que formam uma linha de produção de circuitos integrados, estão quase grudados. “Nunca conseguimos fazer a operação completa, pois algumas estavam encaixotadas por falta de espaço”, explica o coordenador do Nerci, Carlos Eduardo Pereira. No conjunto de salas, estão projetos em comunicações, robôs e componentes de sistemas de plataformas de petróleo. O Nerci e demais projetos serão transferidos ao Parque Tecnológico. E isso gera grande expectativa.

“Vamos sair de 150 m<sup>2</sup> para quase 700 m<sup>2</sup>. A melhora será considerável”, destaca Pereira. “Com mais espaço, poderemos fazer mais inovação, além de estar próximos das outras engenharias, o que é muito importante”, reforça o coordenador do núcleo. O problema é a demora, associada a licenças e projetos básicos. “Me deram um terreno em um condomínio para construir uma casa. Quando fui lá, a infraestrutura (luz, água, etc) não estava pronta”, compara o coordenador do Nerci, com R\$ 2 milhões da Petrobras para fazer a edificação. “Trabalho com o prazo otimista de dois anos para erguer, e mais realista de quatro anos.” Enquanto não se muda, Pereira louva o potencial do Parque para empresas desenvolverem pesquisa com grupos da Ufrgs. O coordenador do futuro complexo é mais incisivo no modelo. “Fala-se muito em P&D. A gente quer um P bem grande e um d menor”, diferencia Wagner.

## Perfil do futuro Parque Científico e Tecnológico da Ufrgs

**O que:** Criado em abril de 2010 pelo Conselho Universitário como órgão especial, com a meta de estruturar o sistema de inovação da Universidade, que reúne hoje uma rede de incubadoras tecnológicas (Reintec), quase 20 laboratórios tecnológicos, empresas parceiras, infraestrutura de suporte administrativo e jurídico e 771 grupos de pesquisa.

**Onde:** Campus do Vale, em área de mais de 30 hectares (duas fases de implementação - 1 (16,8 hectares) e 2 (15 hectares)).

**Investimento:** Fase de implementação deve envolver R\$ 90,05 milhões, sendo R\$ 40,2 milhões de recursos públicos não reembolsáveis e R\$ 49,85 milhões de recursos de empresas ou institutos de pesquisa parceiros.

**Prazo:** Implementação de 12 prédios (cinco estão operando) em cinco anos, e quatro prédios em dez anos, com 51 mil m<sup>2</sup> em até uma década.

**Ações para inovação:** Em 2013, a Ufrgs possuía 721 parcerias institucionais, sendo 253 com instituições internacionais e 175 com setor público.

**Projetos de PD&I e serviços tecnológicos:** de 2010 a 2013, a Ufrgs firmou 254 convênios com empresas e órgãos públicos, somando R\$ 197 milhões.

Fonte: Coordenação do Parque Tecnológico da Ufrgs



# Início das aulas no Campus do Litoral consolida presença da Ufrgs além da Capital

por Araldo Neto



**Empreendimento é o primeiro da Instituição a funcionar no Interior do Rio Grande do Sul**

O mês de setembro de 2014 vai ficar marcado na história da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). Após 80 anos de atuação em Porto Alegre, a Instituição chega ao Interior do Estado. Mais precisamente em Tramandaí, no Litoral Norte. O primeiro semestre da trajetória do novo empreendimento começa com dois cursos: bacharelado interdisciplinar em Ciência e Tecnologia e licenciatura em Educação do Campo - Ciências da Natureza. As aulas tiveram início no último dia 22 de setembro.

Para o reitor da Universidade, Carlos Alexandre Netto, a implementação do Campus Litoral Norte inaugura uma nova fase na Ufrgs, dando início a um novo e grande projeto de expansão. “Nossa expectativa é transformar a vida dos estudantes, das pessoas que frequentam a Universidade e de toda a região”, ressalta. O reitor garante que a mesma qualidade e excelência que caracterizam a Ufrgs serão carregadas para Tramandaí. A coordenadora-geral do novo campus, Dalva Pereira Padilha, revela que quase todos os cerca de 80 inscritos no curso de bacharelado interdisciplinar, por exemplo, residem no Litoral Norte. “Imagine a perspectiva disso para uma região em que mais de 80 dos seus filhos estão entrando pela primeira vez em uma universidade pública, gratuita e de qualidade”, comemora.

De acordo com Dalva, o desafio é preparar essas pessoas para trabalhar em qualquer lugar do mundo. “Isso é o mais importante desse nosso entusiasmo de trazer a Ufrgs para cá. Nós temos uma real expectativa de fazer algo importante para a região, no sentido do desenvolvimento, não só econômico, mas humano mesmo.” Localizada às margens da RS-030, estrada que liga Osório e Tramandaí, em uma área de 15 hectares, a estrutura de oito

prédios horizontais conta com salas de aula e de professores, biblioteca e laboratórios de Informática. De acordo com Carlos Alexandre Netto, o local foi inaugurado com plenas condições para que os primeiros dois anos dos cursos possam acontecer. O reitor lembra que o novo campus ainda prevê uma segunda parte de obras, onde “serão construídos mais um ou dois prédios, que ainda estão sendo projetados, para a instalação dos laboratórios especializados”.

Durante o semestre, devem ser concluídas as instalações do refeitório. O local servirá almoço com os mesmos preços cobrados nos restaurantes universitários da Ufrgs em Porto Alegre – variando de R\$ 1,30 a R\$ 2,40. Já o setor administrativo, em um primeiro momento, funcionará na Colônia de Férias da Universidade, localizada no Centro de Tramandaí. Assim que as obras do espaço destinado aos servidores estiverem prontas, o setor será realocado para o novo campus. Também já está acertado com empresas de ônibus que haverá um terminal dentro do próprio empreendimento para facilitar o deslocamento dos estudantes.

No pontapé inicial das atividades da unidade litorânea, o bacharelado interdisciplinar é uma modalidade inédita na Universidade. Neste curso, o aluno irá poder concluir em três anos a formação na área de Ciência e Tecnologia e, ao final do período, também optar por mais dois anos em uma das quatro terminalidades que serão oferecidas no Campus Litoral Norte: Engenharia de Gestão Energética, Engenharia de Serviços, licenciatura em Geografia ou bacharelado em Desenvolvimento Rural.

Segundo o vice-reitor da Ufrgs, Rui Vicente Oppermann, que acompanhou de perto a construção do campus no Litoral, o ob-



**Coordenadora do Campus Litoral Norte, Dalva Padilha, comemora o início das atividades e a adesão da população local**

jetivo com este curso é buscar modelos alternativos de formação na Universidade. “Não teria nenhum sentido a gente reproduzir em um campus novo o modelo que já se consagrou na sede. Daí o bacharelado interdisciplinar ter esse desafio”, afirma. Ao longo do curso, os estudantes terão professores-tutores que irão acompanhar o desempenho escolar, a performance do indivíduo e suas aptidões. Com isso, Oppermann acredita que será possível diminuir a evasão em cursos de maior dificuldade de inclusão, como é o caso das engenharias.

A licenciatura em Educação do Campo também será ministrada no novo empreendimento. Estimulado pelo Ministério da Educação (MEC), o curso tem por objetivo a formação de professores que já atuam nas escolas rurais. “Temos um número grande de servidores e docentes que têm esse tipo de atividade, e nós queremos que as famílias possam continuar no campo – então as escolas são absolutamente fundamentais. Para que estas funcionem ainda melhor, precisamos dar a formação adequada”, ilustra Carlos Alexandre Netto. Este mesmo curso será ofertado também na Faculdade de Educação da Ufrgs (Faced). Na avaliação de Rui Vicente Oppermann, a área do campo é crítica em questão de educação. “Esse é um projeto prioritário para o MEC, que tem um significado social muito grande. E o Campus Litoral está respondendo a esse chamamento do Ministério”, afirma.

O novo prédio inicia suas atividades com 14 professores efetivos e mais três substitutos. As vagas foram preenchidas com a realocação de alguns docentes do campus central e de outras universidades, mas também com o aproveitamento de vários concursos vigentes na Ufrgs. “Fizemos um edital de chamamento, daí os professores se manifestaram se queriam ou não assumir as vagas destinadas ao Campus Litoral, sem prejuízos”, explica a coordenadora-geral, Dalva Padilha. O professor de geografia, Dakir Larara Machado da Silva, será um dos novos ministrantes do cur-


so de bacharelado interdisciplinar. O docente havia sido aprovado em concurso para o departamento de geografia da Ufrgs, sendo um dos três primeiros colocados. Convocado, ele aceitou o desafio para atuar no Litoral. Morador de Porto Alegre, Silva diz que, no momento, não tem intenção de fixar residência em Tramandaí. Com isso, ele realiza o trajeto Capital-Litoral-Capital para desempenhar as atividades no novo campus. “Estou muito motivado para iniciar esse processo histórico da Ufrgs”, afirma.

O professor de geografia acredita que a presença da Universidade pode gerar um polo magnetizador de desenvolvimento na região, assim como representar um aporte populacional e, consequentemente, de maior circulação de renda. De acordo com a coordenadora-geral do Campus, a expectativa é lançar edital de concurso público até o final do ano para a contratação de mais 18 professores, que já integrariam o corpo docente do novo empreendimento em março de 2015.

A primeira turma de bacharelado interdisciplinar contará com cerca de 80 alunos. O vestibular para o curso registrou 140 inscrições, porém houve abstenção de quase 30%. “No dia da prova chovia muito em Tramandaí”, explica Dalva Padilha. As vagas para Educação no Campo foram restritas para educadores. Em torno de 50 alunos formam a primeira turma do curso. A estimativa é de que, com conclusão do projeto, o campus receba 1,5 mil estudantes somente na graduação, sem contar os futuros alunos da extensão e pós-graduação, atividades que também estão nos planos de serem executadas no local.

#### **Adufrgs vai ao Campus**

No dia 10 de setembro, a presidente da Adufrgs-Sindical, Maria Luiza Ambros von Holleben e o presidente do Conselho de Representantes da entidade, Eduardo Rolim de Oliveira, estiveram em Tramandaí visitando as instalações do novo campus. Recepcionados por 12 professores e a diretora Dalva Padilha, os dirigentes apresentaram o Sindicato, conversaram com os docentes sobre as expectativas referentes ao trabalho no novo espaço e conferiram as condições de trabalho do corpo docente. “Sentimos o entusiasmo dos professores, e acreditamos que isso é um fator que vai ajudar a superar as dificuldades inerentes a uma estrutura que está sendo implementada”, diz Maria Luiza. Na ocasião, o Sindicato aproveitou para esclarecer dúvidas em relação a temas como aposentadoria, fundos de pensão, promoção e progressão dentro da carreira.

A política de interiorização da Ufrgs também mira a região da Serra Gaúcha, onde, nos próximos anos, deverá ser construída uma nova operação de ensino da Instituição. Ainda não há definição de qual cidade irá receber o campus serrano e nem de quando começam as obras de construção desta unidade. Uma coisa é certa: o empreendimento da Serra só sairá do papel depois que o Campus Litoral estiver funcionando plenamente. “Nós não temos possibilidade de fazer dois campi ao mesmo tempo”, admite o vice-reitor, Rui Vicente Oppermann. 





# Professores terão nova sede sindical

## Obra iniciou em agosto

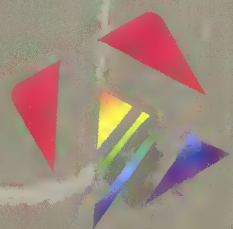
A Adufrgs-Sindical cresceu e o espaço atualmente ocupado pela entidade tornou-se pequeno. A nova sede já está sendo erguida, desde 11 de agosto de 2014.

Localizado na rua Barão do Amazonas, nº 1.581 (Jardim Botânico), o prédio terá 2,3 mil m<sup>2</sup> de área construída, quatro pavimentos, estacionamento no subsolo com vagas para 30 carros, salão de festas na cobertura e auditório para 120 pessoas – que será disponibilizado aos filiados como espaço alternativo para realização de comemorações, seminários, debates, entre outros.

No dia 18 de setembro, a presidente do Sindicato, Maria Luiza Ambros von Holleben, e o 1º tesoureiro, Vanderlei Carraro, estiveram no local, e verificaram o andamento dos trabalhos e os procedimentos técnicos utilizados. A previsão de término da obra é de 14 meses.







**ADufrgs**  
sindical